

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR

VÂNIA DE FÁTIMA MATIAS DE SOUZA

DIGITAL 

SOBRE OS AUTORES

Vânia de Fátima Matias de Souza

Doutorado em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

Mestrado em Educação Física pelo Programa Associado de Pós-Graduação UEM/UEL.

Graduação em Pedagogia, pela FAFIPA, e Educação Física, pela Universidade Estadual de Londrina.

Professora Adjunta do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar (GEEFE/CNPq) e participante do Grupo Corpo, Cultura e Ludicidade UEM/CNPq. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Física Escolar, atuando principalmente nos seguintes temas: infância, trabalho docente, formação profissional; políticas públicas e estágio.

Introdução

A educação, ao longo da história da sociedade, tem se estruturado a partir de contornos dados por meio da intencionalidade acerca da formação e constituição da sociedade. Assim, tratar do tema das políticas educacionais tem sido uma ação constante para a ação docente, para o pensar acerca da formação inicial e dos caminhos que se pretende alcançar da Educação Básica ao Ensino Superior.

Entendemos que as políticas educacionais gestadas a partir dos pressupostos das políticas sociais entrelaçam as expectativas e demandas tanto da sociedade civil quanto da política, estabelecendo assim relações entre os campos da educação, dos direcionamentos do Estado e das necessidades da sociedade, por vezes atendendo à demanda da formação e qualificação de mão de obra, no caso do ensino superior, com enfoque na formação humana dos sujeitos.

Tendo essa compreensão, as discussões aqui apresentadas trarão à cena reflexões acerca das mudanças, avanços e desafios no Ensino Superior, tendo como foco a Educação a Distância, na tentativa de trazer para as análises os apontamentos acerca dos efeitos políticos e sociais da estruturação e organização dessa modalidade de ensino.

Nesse sentido, você está convidado a colaborar com essa discussão, dialogando com os autores aqui apresentados e com as discussões levantadas. Afinal, as políticas educacionais se constituem a partir de novos olhares e reflexões que nos levam a buscar novos caminhos! Então, vamos aos estudos!

UNIDADE I

Políticas públicas: as relações entre Educação, Estado e Sociedade

Vânia de Fátima Matias de Souza

As discussões acerca da temática das Políticas Públicas no Ensino Superior com foco na Educação a Distância procuram trazer à cena a compreensão do tema relacionando as Políticas Educacionais enquanto uma ação necessária para o fazer docente no campo de atuação da área. Isso porque, na sociedade do conhecimento, na qual a pluralidade de acessos a informações se dá de forma dinâmica e mutável, o refletir o trabalho docente torna-se uma dinâmica necessária para o entendimento acerca das mudanças conjunturais e estruturais pelas quais a educação tem passado, em especial nas últimas décadas. Para tanto, o texto trará discussões acerca da relação entre a Política e a área da Educação, buscando dar-lhe caminhos para refletir, compreender e problematizar as relações da área de Educação, com foco no ensino superior, com as Políticas Educacionais.

Políticas Públicas (Educacionais) e Sociedade

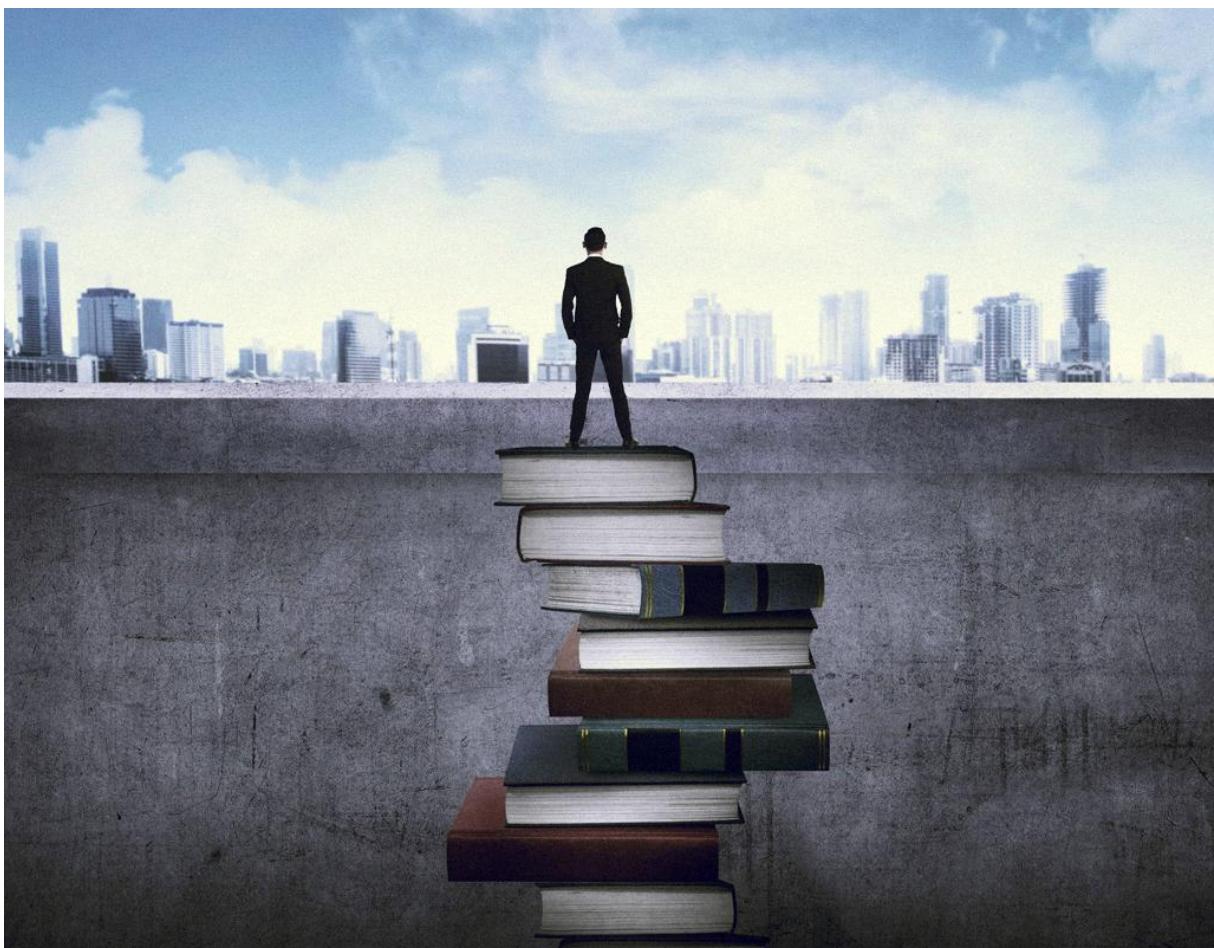


FIGURA 1.1 - FONTE: Lintang, 123RF.

Ao trazermos à tona as discussões no campo do Ensino Superior, há que se trazer como pauta a compreensão de como as Políticas ligadas a esse campo influenciam as perspectivas didático-pedagógicas e da formação docente. Mas, afinal, qual a importância das políticas para a atuação docente? Por que estudá-la? Qual a sua relação com o campo de formação?

Para respondermos a essas inquietudes, há que se compreender o fato de que as políticas estão presentes tanto no nosso cotidiano social quanto no mundo do trabalho, ou seja, as políticas estão presentes em todas as relações sociais estabelecidas na sociedade. Tendo essa compreensão, vamos analisar a importância de

se trazer à pauta as discussões acerca das políticas, buscando problematizar como elas se fazem presentes no universo escolar, da formação e na sociedade.

Segundo Cortella e Ribeiro (2010), discutir as questões conceituais acerca da compreensão dada das Políticas no atual cenário brasileiro torna-se uma ação paradoxal, isso porque o regime democrático adotado no país ("democrático" deriva da expressão "poder do povo") acaba não representando as necessidades deste, e sim sendo resultante dos interesses de uma pequena parcela que constitui a chamada sociedade política, a qual acaba por deter a máquina que engrena o Estado, por vezes, cometendo ações antidemocráticas, tais como a corrupção, o que gera na sociedade civil uma consequente aversão às políticas, provocando na população a sensação de impotência perante a situação.

No entanto, esse não deve ser o papel do cidadão, ao contrário, pois compreender a abrangência das políticas significa exercitar o poder democrático da própria sociedade. Nessa direção, Cortella e Ribeiro (2010) destacam que o termo política possui uma amplitude em seu termo, haja vista que a Política pode ser vista como uma convivência coletiva, mas que é influenciada pela política partidária e pelo governo que a rege.

Logo, a política pode ser entendida como sendo parte constitutiva da vida dos sujeitos de forma individual e coletiva, podendo envolver inúmeros interesses, relações e objetos em disputa. Possibilitar que haja uma compreensão de como as políticas afetam o nosso cotidiano é tarefa da educação, isso porque é por ela que é possível se chegar à emancipação. A sua compreensão está atrelada à forma como a terminologia é tratada culturalmente pela sociedade, e sua relevância e significado são dados de forma valorativa a partir das ações educativas e culturais envolvidas. De acordo com Gramsci (1979), é preciso entender que cultura e política são questões inseparáveis, sendo a cultura um dos instrumentos da práxis sociopolítica da sociedade que se estruturam e se configuram na escola, pelo processo educativo.

Vale ressaltar que, segundo Gramsci (1979, p.121), é na escola e pela educação que se é possível ter "**a conservação e a de superação das estruturas capitalistas**". Haja vista que, para o autor, o conceito de Estado vai se dar a partir da compreensão de que nele atuam juntos a sociedade política, que é representada por aqueles sujeitos que concentram o poder repressivo da classe dirigente, e a sociedade civil, aqui formada pelas associações privadas, tais como a igreja, a escola, o sindicato, os meios de comunicação e outros espaços em que se busca trazer para a sociedade a difusão de uma ideologia unificadora; sendo que sua ação conjunta assegura a manutenção da estrutura de poder do próprio Estado. Por esse motivo, é preciso que sejam conhecidos e compreendidos todos os papéis e funções dos sujeitos que ocupam as políticas, para que possa promover a mudança ideológica e não apenas uma mera reprodução hegemônica de uma dada situação social e política.

Em busca de um conceito sobre Políticas Públicas

Entendemos que as políticas estão relacionadas ao convívio em sociedade em suas diferentes instâncias e relações sociais, culturais e econômicas; já as políticas públicas estão relacionadas às especificidades relativas à atuação do Estado. Tendo essa compreensão, teremos como foco na discussão apresentada trazer para o diálogo a busca por indicadores que nos levem a um conceito inicial sobre políticas públicas.

Evidente que os caminhos e ações educativas no campo do Ensino Superior trazem consigo os contornos delineados a partir das políticas públicas que são tecidas pelo Estado e que, em geral, repercutem em ações determinantes que estruturam e efetivam o Ensino Superior a partir dos indicativos da organização curricular, das dimensões estruturais e pedagógicas do Ensino Superior com destaque ao contexto da Educação a Distância.

Por essa razão, entendermos os conceitos e estrutura das Políticas Públicas torna-se uma tarefa imprescindível para que possamos compreender como as mudanças políticas podem modificar as estruturas dos cursos ofertados na modalidade a distância.

Fazendo uma busca pela semântica da palavra “política”, podemos recorrer ao fato de que, na língua portuguesa, a palavra pode apresentar variadas conotações, sendo necessário entender que há diferenciação entre os termos *polity*, *politics* e *policy*. Sendo que, respectivamente, o primeiro termo designa as instituições políticas; o segundo, os processos políticos; e o último, os conteúdos da política.

Logo, as políticas públicas são entendidas como o conjunto de normas e leis que regulamentam uma determinada sociedade em um determinado período e que são formadas a partir de determinadas perspectivas ideológicas e partidárias que constituem um governo. Já o governo é a entidade responsável por direcionar as ações do Estado de acordo com as necessidades e interesses da sociedade civil. De acordo com Souza (2006, p.26), é possível entender que a política pública deve ser entendida

como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Assim, a aplicabilidade do campo das Políticas Públicas se dá a partir da constituição e consolidação da legislação do governo, traduzida na forma de lei. As leis são entendidas como as ações necessárias para regulação das relações humanas, necessárias dentro da relação de todas as derivações da natureza das coisas, desde a divindade até o mundo material, principalmente na vida do homem (MONTESQUIEU, 1960).

É importante termos a compreensão de que o conceito de Políticas Públicas se altera em cada momento da história, mas que em geral mantém-se e se sustenta como sendo a materialização das ações do Estados, sendo então “o Estado em ação” (AZEVEDO, 1997, p. 60); sua função se dá na direção de oportunizar, normatizar e levar a sociedade civil a projetos e ações que favoreçam o desenvolvimento dos sujeitos integrantes dessa sociedade ou de um determinado contexto social.

De acordo com Höfling (2001), para se compreender e conceituar as Políticas Públicas, é preciso ter a definição do significado de Estado, Governo e Políticas Públicas, isto porque,

o Estado é um conjunto de instituições permanentes - como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente - que possibilitam a ação do governo; e Governo é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros). O governo assume e desempenha as funções do Estado por um período determinado. As políticas públicas representam o Estado em ação, ou seja, o Estado executando um projeto de governo, através de ações e programas voltados para alguns setores da sociedade .

(HÖFLING, 2001, p. 31)

Mas ainda há que se considerar na construção das políticas públicas a relação existente entre o governo e a sociedade, que, de acordo com Friedman (1988, p. 33), é uma relação que ocorre a partir de uma linha tênue de ações, afinal, “**o papel do governo - representante do Estado - é o de fazer alguma coisa que o mercado não pode fazer por si só, isto é, determinar, arbitrar e pôr em vigor as regras do jogo**”.

Já para Costa (1998), as políticas públicas devem ser compreendidas como sendo a consolidação dos espaços de tomada de decisão que, em geral, são autorizadas ou sancionadas pelos agentes governamentais, que irão organizar e viabilizar ações concretas que possam responder às demandas de um ou de determinados grupos sociais.

Resumidamente, as políticas públicas são marcadas pelas questões ideológicas delineadas por meio da gestão dos governos e acabam sendo realizadas de acordo com os grupos político-partidários que ocupam as pastas governamentais, afinal de acordo com Souza (2006, p.36),

as ações efetivadas por meio da política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. É um termo abrangente e não se limita a leis e regras. É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. Embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

Nesse sentido, podemos entender que as Políticas Educacionais compõem o repertório das ações designadas pelas Políticas Sociais, as quais são descritas como sendo conjuntos de diretrizes, orientações e ações que promovem junto à sociedade ações de governo que colaboram para a formação humana, para a manutenção social, enfim, as políticas sociais surgem como ações do governo atuando de forma efetiva junto à sociedade civil, Vieira (1992) traz uma definição clara acerca das políticas sociais, afirmando que,

A política social consiste numa estratégia governamental e normalmente se exibe sob a forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma. Não se definindo a si, nem resultando apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações Sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção. Portanto, os planos, os projetos, os programas, os documentos referentes em certo momento à Educação, à Habitação Popular, às Condições de Trabalho e de Lazer, à Saúde Pública, à Previdência Social e à Assistência Social não se colocam como totalidades absolutas.

(VIEIRA, 1992, p. 21-22)

Ao realizar os questionamentos acerca de como essas ações efetivadas por meio de políticas sociais e educacionais têm influenciado o campo do Ensino Superior com foco na Educação a Distância, podemos trazer os exemplos da construção da própria história da área, uma vez que essa foi/é demarcada por ações e fatos ligados à construção ideológica e política da sociedade brasileira.

Isso porque, de acordo com Rua (1997, s/p), as políticas públicas são intervenções governamentais que resultam de intensa atividade político/burocrática e que representam "**decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público**", concretizadas a partir da intervenção e regulação do Estado, visando a resultados ou produzir efeitos relacionados a um problema ou setor da sociedade (MENICUCCI, 2006). Ainda segundo Linhares (1998, p. 73), há que se entender que os direitos sociais hoje

[...] pressupõe a garantia e provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-estar de todos os cidadãos. Os conteúdos ou áreas sociais implicadas na promoção do bem-estar social constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente. Devem ser compreendidos como uma construção decorrente dos múltiplos conflitos e interesses que legitimam as chamadas democracias capitalistas contemporâneas .

Nesse sentido, a intencionalidade dos processos, tornam-se mais importantes os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos agentes políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas (FREY, 2000). Isso porque, para Frey (2000), é preciso considerar na construção das políticas públicas sua dimensão temporal, na qual as redes e arenas políticas (setoriais) podem sofrer transformações no decorrer de sua implementação. Portanto, é preciso considerar o caráter dinâmico do processo, bem como sua complexidade temporal. Então, além dos arranjos dos agentes, deve-se pensar na temporalidade do processo político. Ainda, de acordo com Frey (2000, p. 226), a construção das políticas públicas se dá a partir da **"percepção e definição do problema, 'agenda-setting', elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e eventual correção da ação"**.

Com relação à fase **"percepção e definição de problemas"**, Frey (2000) aponta que o que interessa ao analista de políticas públicas é como, em um universo infinito de possibilidades de ações políticas, determinado fato ou demanda pode ser não somente ser levantado por grupos isolados, mas também percebido por políticos e pela administração pública. No entanto, os problemas do ponto de vista analítico só se transformam em problemas políticos propriamente ditos a partir do momento em que adquirem relevância do ponto de vista político e administrativo e, de acordo com o autor, são incorporados como um interesse do campo político e burocrático.

Segundo Frey (2000), a fase de **"elaboração de programas e de decisão"** relaciona-se à escolha da melhor forma de ação; geralmente envolve processos de conflito e acordo entre os agentes mais relevantes da política e da administração. Já no processo de **"implementação das políticas"**, Frey (2000) define que há que se considerar em um primeiro momento a análise da qualidade material e técnica de projetos e programas e, em seguida, considerar as estruturas político-administrativas e a atuação dos envolvidos.

Na fase de **"avaliação de políticas e da correção de ação"**, analisam-se os impactos efetivos dos programas já implementados, podendo ocorrer durante seu funcionamento ou após sua finalização; busca-se redimensionar ações e programas futuros ou, ainda, registrar potencialidades e acertos para serem replicadas em futuras ações, constituindo um passo fundamental à aprendizagem política.

Frey (2000) ainda chama a atenção ao caráter didático e analítico de seu modelo de ciclo político, uma vez que, na política real ou efetiva, muitas vezes, os passos se sobrepõem ou se confundem.

Em síntese, as políticas públicas são produtos de relações sociais complexas que envolvem agentes vinculados à sociedade civil e à sociedade política vinculadas ao Estado e, portanto, devem ser consideradas como as ações do Estado para causar efeito em uma demanda social. Nesse sentido, segundo Frey (2000, p. 87), é possível afirmar que as políticas públicas podem ser observadas e compreendidas a partir das seguintes dimensões, quais sejam: **"as instituições políticas, os processos políticos e os conteúdos da política"**.

Assim, ao analisar a estruturação e efetivação das políticas públicas que afetam o campo do Ensino Superior com foco no ensino a distância, há que se destacar o fato de que a sua implementação se dá em razão das necessidades e demandas da sociedade, bem como dos interesses para efetivação e consolidação do sistema, estruturando e preparando a sociedade para atender as demandas do mercado em dado momento histórico, por essa razão, a modalidade do ensino a distância tem sido uma pauta recorrente no campo das discussões da formação inicial e continuada na sociedade globalizada, cuja agenda se dá pela rápida necessidade de formação de mão de obra para atender a demanda corrente do mercado.

Conceito de Estado

As políticas públicas com foco no ensino superior, estão atreladas às mudanças ocorridas na sociedade e sofrem influência das questões culturais, sociais e econômicas do governo que as implementa em cada época. Evidente que, ao fazermos essa afirmativa, estamos entendendo que todo processo histórico se dá pelas interações sociais e pelas relações estabelecidas como processos partícipes da sociedade civil com a sociedade política, mas compreendendo que a dinâmica da sociedade pode trazer rupturas, compreensões e dimensões diferenciadas para uma mesma necessidade de acordo com cada momento histórico.

Nessa perspectiva Souza *et al.* (2015, p. 16) alertam para o fato de que a geração atual pelos avanços tecnológicos e pela busca pela autorrealização potencializa o “individualismo”, o “presente contínuo”, dando ênfase aos aspectos hedonistas e consumistas. A questão é que somos seres sociais e dependemos dos outros para vivermos, e esse processo individualista, em geral, cultiva um desprezo ao passado e demonstra uma apatia pelo coletivo. Nós somos produtos da história coletiva e, hoje, vivemos uma tensão entre o individual e o coletivo, o passado e o presente.

Portanto, é preciso ter claros quais os conceitos que estamos tratando, para que a fluidez das informações descritas por Bauman - como sendo fruto da sociedade do conhecimento, cuja velocidade do saber se dá de forma arbitrária e por vezes esvaziada - não chegue no campo da compreensão das políticas públicas tendo uma equívoca conceituação da instituição responsável por gestar, operacionalizar e implementar essa ação.

Assim, como na seção anterior evidenciamos a análise e busca pela compreensão acerca do conceito de Políticas Públicas, entendemos ser relevante trazer à cena das discussões a busca pelo entendimento do que seja o “Estado”.

Temos afirmado que as políticas públicas nada mais são do que a expressão do Estado em ação. Então, quem é esse Estado? Qual sua importância para a construção da sociedade?

Buscando sanar essa inquietude, nesse momento, traremos acerca da compreensão do que é o Estado bem como de suas funções na sociedade. Para tanto, é preciso entender, segundo Souza *et al.* (2015, p. 28), que o “**conceito de Estado, na forma como o entendemos hoje, é recente, uma definição moderna. Nem sempre o Estado, do modo como o conhecemos hoje, existiu. Foi apenas no início da Idade Moderna (séculos XVI-XVII) que ele tornou-se uma realidade**”.

O Estado nessa ótica é uma instituição social fruto da sociedade moderna, vista enquanto uma instituição social que, a partir de seus aparatos de intervenção, apresenta como funções a questão da manutenção e a necessidade de regulação social por meio dos mecanismos constitucionais.

De acordo com Ham e Hill (1993), vale destacar que o Estado pode ser definido tanto a partir das instituições quanto das funções que as instituições desempenham. No entanto, na perspectiva de Höfling (2001, p.31), o Estado é definido como o “[...] **conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo**”, sendo o governo o grupo responsável pelo planejamento e condução de determinadas políticas e do conjunto de programas e ações, durante certo período. Lembrando que, de acordo com a autor, o governo é transitório, formado por grupos que se alternam no poder e “[...] **assumem e desempenham as funções de Estado por um determinado período**” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Nesse contexto vale lembrar ainda que, segundo Bourdieu (1996), o Estado é visto ora como o defensor dos interesses privados, ora como defensor dos interesses públicos e sociais. Sendo que, ainda, pode ser conceituado, segundo Zimmermann (2005), como uma forma de organização política de um território de forma a apresentar as formas de regulação de condutas da vida social

De acordo com Elias (1993), é importante destacar a formação e consolidação do Estado das questões econômicas, como o surgimento da moeda, a substituição da economia de troca e o monopólio econômico.

Essa concepção de Estado vai influenciar diretamente na questão da formação da sociedade e do princípio educativo que regem o desenvolvimento das políticas educacionais, haja vista que todo processo educativo não é neutro. De acordo com Ney (2008, p. 16), “**a educação não é neutra, pois é o Estado ou o educador que traça valores, princípios, objetivos e políticos esperados para a educação**”, sendo influenciado de forma direta pela:

Visão de mundo: que é o conjunto de ideias sobre o homem, a sociedade, a história e sua relação social com a sociedade e a natureza. Ela é constituída de acordo com a situação e os interesses de grupos e classes sociais em que o indivíduo está identificado. Todos nós temos uma. Valores: significam princípios, normas ou padrões sociais aceitos ou mantidos por indivíduos, grupos, classes e sociedades. São padrões éticos que norteiam nossas vidas. Crenças: são ideias, pensamentos, dogmas, etc., em que acreditamos .

(NEY, 2008, p. 17)

Ainda sobre a estruturação do Estado Moderno, é preciso entender que, de acordo com Montesquieu (2000), ele possui três funções fundamentais, quais sejam, a Legislativa, que irá responsabilizar-se por produzir as leis e o ordenamento jurídico necessário à vida em sociedade; a Executiva, que irá executar e promover políticas públicas de acordo com as leis; e por fim a Judiciária, que irá julgar a adequação, ou inadequação, dos atos particulares às leis existentes.

Sintetizando, o governo, representando o Estado, passa a ter a incumbência de definir prioridades, estabelecer planos, metas e implementar políticas públicas a partir de seus três poderes: legislativo, executivo e judiciário, sendo o Estado a instituição regida por uma constituinte (no caso de um governo democrático) que deve cuidar e promover as políticas públicas que respondam ou estejam em consonância com os anseios da sociedade civil (povo) desse Estado.

Em busca de um conceito de governo

Ao longo das discussões que circunscrevem o campo das Políticas Públicas, imbricados ao conceito de Estado, está o termo governo que, como vimos, é um dos elementos que constituem o Estado. Por vezes, temos equivocadamente a ideia de que ambos (Estado e governo) são termos sinônimos. Mas é preciso que fique claro que, tanto no que se refere ao termo quanto no que se refere ao conceito, são dois elementos distintos.

O governo refere-se a uma pessoa, que, em uma sociedade regida pelos princípios da democracia, é normalmente o representante maior daquela sociedade (do povo). Em geral, está atrelado à personificação de uma pessoa que representa um sujeito ou conjunto de sujeitos que irão governar um país durante um período determinado.

É também o governo o responsável por elaborar e implementar as políticas públicas. Nesse sentido, é importante compreendermos o que é o governo e suas relações com o Estado e as políticas públicas.

¶ Para refletir

Sabendo que a ação do Estado e do governo consiste na efetivação das demandas da sociedade, qual seria o papel da educação nesse contexto?

Vemos que o governo nada mais é que o grupo de pessoas responsáveis por administrar o Estado. De acordo com Coelho (2012), há que se considerar diferentes formas de governo no mundo, em geral, o presidencialismo e o parlamentarismo. Para o autor, a diferença entre ambos consiste na forma como o Legislativo e o Executivo se relacionam. Enquanto o parlamentarismo é um sistema de governo no qual o poder Executivo de um Estado depende do apoio do parlamento, para o autor, no presidencialismo, há uma nítida separação entre os poderes Executivo e Legislativo, de maneira que o poder Executivo é exercido de maneira relativamente autônoma ao parlamento, não sendo diretamente responsável perante este e não podendo ser afastado em circunstâncias normais, exceto em casos extremos de impeachment (COELHO, 2012).

Vale considerar, a partir dessa compreensão de governo, que a construção das políticas públicas está intimamente ligada à concepção de mundo, à ideologia da sociedade e à relação existente entre o governo e a sociedade. Afinal, segundo Friedman (1988, p. 33), há que se considerar que existe uma linha tênue de ações entre Estado, governo, sociedade e as demais ações do mercado e da ideologia do sistema. Isso porque o “**o papel do governo - representante do Estado - é o de fazer alguma coisa que o mercado não pode fazer por si só, isto é, determinar, arbitrar e pôr em vigor as regras do jogo**”. O autor destaca ainda que,

Na concepção dos economistas neoliberais, a liberdade de mercado está pautada na livre concorrência. Dessa forma, o mercado se autorregula e o governo só interfere quando julgar necessária sua ação no sentido de manter a ordem social, caso esta esteja sendo ameaçada. Esses são, pois, os papéis básicos do governo numa sociedade livre - prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre seu significado, e garantir o cumprimento das regras por aqueles que, de outra forma, não se submeteriam a elas

.

(FRIEDMAN, 1988, p. 31)

De uma forma simples, podemos dizer que as políticas públicas são a concretização das ações do governo. Resumindo, as políticas públicas, sancionadas por meio de projetos, medidas provisórias, sendo consolidadas nas leis, promovem (ou deveriam promover) ações de um Estado que possibilita a sua sociedade civil progredir tendo acesso aos direitos básicos sociais, tais como saúde, educação, moradia, transporte, cultura, desenvolvendo assim a ciência e a tecnologia e configurando uma história social de direitos a todos.

É importante destacar que as questões ideológicas que marcam as políticas públicas por meio da gestão dos governos acabam sendo realizadas de acordo com os grupos político-partidários que ocupam as pastas governamentais, por essa razão, o processo democrático de escolha dos governantes é um ato essencial numa sociedade que busca a garantia dos direitos da sociedade, afinal de acordo com Souza (2006, p.36),

as ações efetivadas por meio da política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. É um termo abrangente e não se limita a leis e regras. É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. Embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

As políticas públicas se apresentam de formas diferenciadas de acordo com cada período de governo, seguindo as intenções político-partidárias desses governos, mas em geral estarão voltadas aos temas e interesses da área da saúde, transporte, segurança, moradia, educação, cultura e outros.

Ampliando o conhecimento

Para saber mais sobre o Ensino Superior e suas relações com os Organismos Internacionais, sugiro ver o documento disponível na web que trata da Conferência Mundial sobre Ensino Superior "As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social" (UNESCO, Paris, de 5 a 8 de julho de 2009).

Você pode encontrar esse documento acessando:

portal.mec.gov.br

http://http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192

http://http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192

Enfim, as possibilidades de se pensar as políticas públicas voltadas para o Ensino Superior com foco na Educação a Distância são múltiplas. Mas cabe destacar que o importante é que você entenda o quanto relevante a política é para a vida em sociedade e para as suas necessidades individuais. Em todos os campos, as políticas públicas dependem e são moldadas pela ação do Estado, que acabam interferindo no processo de intervenção educativa do Ensino Superior na Educação a Distância por meios de leis, regulamentos e decretos para a área. Mas esse será um assunto que trataremos nas próximas unidades!

Indicação de leitura

Nome do livro: Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década: 2011-2020.

Autor: Organizadores: Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel

Editora: UNESCO, CNE, MEC, sendo publicado no ano 2012.

Neste livro, você encontrará uma rica discussão acerca do olhar sobre o Ensino Superior a partir de diferentes vertentes, ou seja, a partir das discussões de dirigentes e pesquisadores de instituições de educação superior (IES) públicas e privadas. Assim, o texto apresenta como foco central as discussões acerca das perspectivas e novos modelos para a educação superior brasileira, em especial para as metas do Ensino Superior descritas no Plano Nacional de Educação - 2011 a 2020. Essa é uma leitura que vale a pena. Aproveite a leitura!

[unesdoc.unesco.org <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>](http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf).

UNIDADE II

Mudanças, avanços e desafios no ensino superior

Vânia de Fátima Matias de Souza

Trazer à cena as discussões acerca das políticas educacionais voltadas ao Ensino Superior, com foco na modalidade de Ensino a Distância, tem se constituído um exercício no qual se busca, nas mudanças sociais e econômicas, as transformações estruturais e conjunturais que se deram na sociedade e que se refletiram no ensino, na formação inicial e na qualidade da educação de cada tempo histórico. Para tanto, é preciso entender o movimento da sociedade que busca qualificar mão de obra e atender as demandas do mercado ao mesmo tempo em que sente a necessidade de refletir acerca da formação do cidadão, de um processo educativo que promova a emancipação do sujeito. Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender como as políticas educacionais tem se estruturado diante dos desafios e avanços alcançados ao longo da história do Ensino Superior, os quais refletem em mudanças e transformações dialogadas e representadas no processo de educação centrado na formação inicial.

A Construção das Políticas Públicas para o Ensino Superior

A educação formal enquanto uma ação necessária para provocar as mudanças e transformações na sociedade tem sido pauta recorrente quando se trata do ensino de qualidade que atenda as necessidades de avanços sociais e de fortalecimento e estruturação dos sistemas sociais que atendam as mudanças decorrentes de cada tempo histórico.

Tendo essa compreensão, ao estudarmos as questões relativas às políticas educacionais voltadas ao Ensino Superior, precisamos navegar pelas questões históricas da própria sociedade para entendermos os caminhos traçados para o ensino.

Para tanto, recorrendo brevemente aos estudos de Giles (1987), por meio do qual podemos entender que o ensino superior tem oscilado sua função ao longo dos tempos, prova desse fato, segundo o autor, é que:

desde o século XI até a primeira metade do século XII, a tarefa de providenciar o ensino cabia principalmente às escolas catedralísticas, na segunda metade do século, devido principalmente à proliferação das cidades e movimentos inspirados pela burguesia em ascensão, houve uma mudança radical. A força do movimento das corporações também contribuiu para o surgimento de nova força educativa

(GILES, 1987, p. 79)

Outro fato a se destacar corresponde a intencionalidade e objetivo do sistema governamental vigente, veja que, segundo Cunha (1980, p.21), essa influência de governo na formação dos objetivos para o Ensino Superior se dão de forma específica no Brasil quando olhamos o trajeto histórico da implementação dos cursos superiores no país. O autor destaca que o ensino superior chega no Brasil por meio de cursos influenciados e atrelados à manutenção e configuração de um determinado sistema de governo, haja vista que, segundo o autor (Cunha, 1980, p. 21), "**o ensino desenvolvido nos séculos XVI e XVIII só pode ser entendido como atividade de aparelho educacional posto a serviço da exploração da Colônia pela Metrópole. Os diplomados pelas escolas superiores destinavam-se a viabilizar essa dominação**".

Outro destaque configurado na estruturação do ensino superior na educação brasileira se deu pelo viés da influência da igreja e dos preceitos de formação de homem e de sociedade que se almejavam naquele momento, segundo Cunha (2007),

essa relação entre governo, ensino e objetivos da educação atrelados aos indicadores de ensino da igreja chega ao país e se efetiva por meio da forte ação jesuítica na educação brasileira, que acabou por influenciar sobremaneira o ensino superior. Os estabelecimentos de ensino dos jesuítas seguiam as normas padronizadas, nas quais se previa um currículo único para estudos escolares dividido em dois graus, supondo o domínio das técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo: os studia inferiora, correspondentes ao ensino secundário, e os studia superiora, correspondentes aos estudos universitários (CUNHA, 2007, p. 27).

Veja que a organização e estruturação do ensino seguiam em geral as orientações e premissas definidas pela entidade religiosa de maior influência no governo brasileiro naquele período da história, isso porque os objetivos e finalidades da educação e do Ensino Superior descrevem o tipo de sociedade que se pretende construir. Nesse sentido, os enfoques das ações político-governamentais para o sistema de ensino brasileiro sempre estiveram atreladas às questões da construção da sociedade brasileira.

Para confirmar essa premissa de que a educação sofre forte ação da perspectiva de sociedade que cada governo apresenta, Cunha (1980, p. 231) destaca que

no Brasil, o liberalismo foi submetido a toda sorte de arranjos ideológicos: conviveu com as ideias que defendiam a monarquia e a escravidão, associou-se ao positivismo e, na Primeira República, serviu admiravelmente bem para legitimar a ditadura das oligarquias e a repressão aos trabalhadores. No campo educacional, o liberalismo foi evocado, no tempo do Império para legitimar a igualdade das escolas particulares às escolas estatais e a para justificar a frequência livre dos estudantes das escolas superiores e a introdução da livre-docêncie (liberdade de ensinar e de aprender) em todos os tempos, para fundamentar a necessidade de se estender a instrução elementar a todos os cidadãos. Na Era Vargas, as ideias de Fernando de Azevedo expressas já no seu projeto/pesquisa de 1926, e largamente difundidas após 1930, forneceram a mais importante referência da primeira vertente do liberalismo: a elitista.

O Ensino Superior, ao longo da história de estruturação do sistema educativo brasileiro, se tornou uma ação necessária para que o governo estabelecesse as relações entre os objetivos do governo e as necessidades impostas pela sociedade. Em geral, nota-se que o Ensino Superior passou por mudanças em sua estrutura e finalidades, as quais sempre estiveram ligadas ao momento histórico e às questões político-ideológicas de cada governo.

Nota-se que as mudanças e avanços no campo do Ensino Superior inicialmente tiveram transformações mais significativas a partir do final da década de 1940 e, **"ao longo da década de 1950, vão ocorrer as federalizações, estendendo-se pelas décadas de 1960 e 1970 o processo de criação das universidades federais, de modo geral, nas capitais dos estados federados"** (SAVIANI, 2010, p.7); ou seja, essa configuração do Ensino Superior passa a reger a estrutura do ensino e formação do sujeito almejado pela sociedade e pelas demandas governamentais.

Assim, buscando uma compreensão de como tem se dado essa estruturação do Ensino Superior em cada tempo histórico, encontramos em Trindade (2000, p.122) uma análise que configura uma retrospectiva da instituição universitária, tendo como destaque a identificação de quatro períodos distintos que configuraram e provocaram mudanças significativas no contexto do Ensino, para o autor, do século XII até o Renascimento, temos o período da invenção da universidade em plena Idade Média em que se constituiu o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, e da sua implantação em todo território europeu sob a proteção da Igreja; no século XV, a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma; a partir do século XVII, período

marcado por descobertas científicas em vários campos do saber e do Iluminismo do XVIII, a universidade começou a institucionalizar a ciência; no século XIX, implantou-se a universidade estatal moderna, e essa etapa, que se desdobra até os nossos dias, introduz uma nova relação entre Estado e universidade [TRINDADE, 2000, p.122].

Essas mudanças ocasionaram intencionalidades e avanços que foram traduzidos no tipo de formação gerenciada pelo Ensino Superior, destacando a formação da sociedade que a cada tempo histórico procurou se efetivar tendo a formação inicial como um alicerce para configurar a busca pela consolidação do sistema governamental vigente.

No Brasil, essa estruturação e forte influência do governo no sistema de Ensino Superior ocorre de forma efetiva, segundo Cacete (2014), há que se destacar o fato de que o país apresentou marcos significativos para o Ensino Superior a partir dos anos de 1930, isso porque segundo o autor, do ponto de vista político, o período que se estende de 1930 aos anos de 1970 foi marcado pelo rompimento com a velha ordem oligárquica brasileira e pelo aparecimento, evolução e destruição do populismo. No confronto entre as forças que desejavam a internacionalização da economia e as que defendiam um desenvolvimento independente, temos a vitória da primeira no âmbito da ruptura que se estabelece nos anos de 1960. A partir de 1930, temos uma sociedade que lenta, mas progressivamente, industrializava-se com uma concentração cada vez mais ampla da população nos centros urbanos, o que contribuiu para a promoção de exigências cada vez maiores em relação à educação. Foi particularmente na região sudeste, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, que a demanda por ensino, particularmente ensino superior, foi mais sentida (CACETE, 2014, p.1063).

Os anos de 1930 e 1940 marcaram a construção de uma sociedade que buscava caminhos para modernizar os diversos setores sociais, mas ainda de forma muito atrelada a um perfil de governo que ainda estava sendo centralizador. Logo, as mudanças mais significativas passam a ocorrer apenas nos anos de 1960, o que, segundo o autor, se dá pela fato de que, no início dos anos 1960, já se prenunciavam as mudanças significativas que iriam ocorrer no âmbito do ensino superior e, particularmente, no que diz respeito ao rumo que tomariam as faculdades de filosofia, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, após um longo período de debates nos órgãos legislativo (CACETE, 2014, p. 1067).

Ampliando o conhecimento

"As primeiras Instituições de Ensino Superior foram criadas apenas em 1808, e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando da década de 1930". Entre 1889 e 1918, foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Até 1934, o modelo de ensino superior foi o da formação para profissões

liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias. De 1945 a 1964, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, legitimou e ampliou o sistema existente, se preocupando basicamente em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado (DURHAM, 2005, p. 201 - 203).

Um dos avanços significativos no campo da educação e, em especial, do Ensino Superior se concretizaram nos anos de 1960 no Brasil, por meio da consolidação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024/1961. No entanto, pode ser considerado também um marco para o Ensino Superior a Lei nº 5.540/68, que trouxe descrito para o país o projeto de reforma universitária, cuja base da lei buscava, segundo Saviani (2010), responder a duas demandas contraditórias, quais sejam: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional (SAVIANI, 2010, p. 9).

Na linha temporal das questões sociais e políticas que influenciaram o campo do Ensino Superior, podemos perceber que, na década de 1970, houve um aumento da demanda pelo ensino superior, tendo um movimento efetivado por meio de leis governamentais que buscaram a ampliação dos recursos federais e o orçamento destinado à educação.

Para refletir

O percurso histórico do Ensino Superior no Brasil ocorreu de acordo com as ideologias de cada governo, destacando o fato para as políticas neoliberais consolidando a dicotomia entre o ensino público e o privado no ensino. Nessa perspectiva, quais as implicações dessas mudanças para a formação do profissional?

Já na década de 1980, houve um período marcado pela transição política na sociedade, a qual resultou na Constituição em 1988, que trouxe novos acenos e novas roupagens para o setor da educação. Segundo Saviani, a Constituição de 1988 incorporou várias das reivindicações relativas ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único. Nesse contexto, a demanda dos dirigentes de instituições de ensino superior públicas e de seu corpo docente encaminhou-se na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e, da parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que se passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas (SAVIANI, 2010, p. 10).

Chegando aos anos de 1990, há que se destacar o processo que resultou em mudanças no campo do Ensino Superior com o Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997, que regulamentou o sistema federal de ensino em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei n. 9394/96.

Segundo Saviani (2010, p. 11), o destaque de mudança considerado

pelo Decreto 2.306/97 e que configurou um novo cenário para o
Ensino Superior brasileiro se deu pelo fato de que a partir do
Decreto supracitado passou a se introduzir, na classificação
acadêmica das instituições de ensino superior, a distinção entre
universidades e centros universitários.

Isso resultou em um novo movimento de organização e estruturação do ensino superior, que passou a ter uma abertura para as instituições privadas de ensino ampliarem suas redes de ensino pelo país.

A partir da década de 1990, num processo que está em curso nos dias atuais, emerge nova mudança caracterizada pela diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior, alterando-se o modelo de universidade na direção do modelo anglo-saxônico na versão norte-americana, estimulando-se a expansão de instituições privadas com e sem fins lucrativos e, em menor medida, das instituições estaduais (SAVIANI, 2010, p. 13).

Nesse sentido, é importante ressaltar que as mudanças na Lei n. 9.394/96 trouxeram uma nova reconfiguração ao modelo de educação e de formação da sociedade que se preconiza.

O Ensino Superior e as influências do mundo globalizado

As relações entre as políticas educacionais para o Ensino Superior na atualidade são reflexos das ações político-governamentais de cada tempo histórico, que são marcadas por ideologias político-partidárias que regulam os processos de direcionamento e tensionamentos sociais que se são refletidos no campo da educação.

Compreender as relações de mundo, sociedade e educação no contexto educacional é buscar as suas implicações que se dão a partir das premissas e das regulações advindas do mercado, do mundo do trabalho e das necessidades sociais desenhadas tanto das demandas internas quanto das externas que envolvem os pressupostos ideológicos do sistema capitalista.

Assim, precisamos entender que, no mundo globalizado, no qual as informações são diluídas rapidamente e as expectativas sociais são geradas e colocadas a partir de contextos globais que resultam em ações locais, há que se entender que o campo das políticas educacionais com foco no desenvolvimento de ações e encaminhamentos para o Ensino Superior são marcadas também pelas relações e interações estabelecidas por intermédio dos pressupostos ideológicos marcados pelos organismos internacionais, que, no conjunto das ações das políticas neoliberais buscam regular as ações, em especial, no campo da educação dos países membros.

Dentre essas agências e organismos internacionais e/ou multilaterais, há que se destacar os documentos derivados da ONU, UNESCO, UNICEF, BANCO MUNDIAL, BIRD, FMI, que influenciam sobremaneira o campo da formação das políticas do ensino superior no que se refere aos princípios educativos, com enfoque nos campos ideológicos referentes à formação, desenvolvimento e tecnologias que buscam direcionar os rumos da sociedade.

Sobre esse assunto, segundo Morais (2001, p. 87), o destaque deve ser dado aos documentos orientadores provenientes do Banco Mundial, que

a partir dos anos de 1970 passaram a representar-se como sendo uma agência que passa a influenciar diretamente na formação e qualificação da mão-de-obra, influenciando o campo de ação e intervenção investigativa do Ensino Superior, tanto no Brasil como nos países da América Latina.

Essa influência também pode ser percebida no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que, ao estabelecer que **"a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada pela colaboração da sociedade"** (BRASIL, 1988), apresenta também no discurso implícito a

necessidade de adequar-se aos sistemas internacionais que tornam o campo da educação um vínculo direto ligado ao processo de desenvolvimento da sociedade perante os demais países.

Segundo Sguissardi (2000) há que se considerar que os ajustes educacionais do Ensino Superior, em especial, a partir dos anos 80 e 90, sempre estiveram atrelados aos objetivos dessas agências, seja por ordem financeira, seja por questões ideológicas sobre a formação e os pressupostos do mercado.

Com destaque a essa influência podemos destacar o documento "***La Enseñanza Superior - Las lecciones derivadas de la experiencia***" (BM, 1994), que contribuiu sobremaneira para que as mudanças e alterações no ensino nos anos de 1990 se constituíssem a partir de seus pressupostos. Ou seja, o documento citado, advindo do Banco Mundial, advertia para o fato de "***que os investimentos no Ensino Superior contribuem para aumentar a produtividade do trabalho e a produzir um maior crescimento econômico no longo prazo***" (1994, p.01); isso porque, segundo os dados do Banco Mundial, uma das fragilidades da sociedade global naquele momento era a produção de mão de obra qualificada para atender as necessidades de produtividade e inovação do mercado.

O documento supracitado ainda destaca que cabe aos países

fomentar dentre as ações para o ensino superior o desenvolvimento de instituições privadas; incentivar que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento; redefinir a função do governo junto ao ensino superior; adotar políticas que destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade .

(1994, p. 28-29)

Assim podemos entender as transformações decorrentes do processo de implementação das políticas educacionais com foco no ensino superior nos anos 2000, as quais estiveram fortemente ligadas a influências de agências como o Banco Mundial, que, por meio de suas cartas, orientações, diretrizes para os países em desenvolvimento, passam a ditar as diretrizes para as políticas de intervenção e implementação de ações e recursos destinados a esse campo da educação, a exemplo da efetivação do Enem, como possibilidade de ingresso nas IES, e programas de governo como o PROUNI, que passou a dar uma maior abrangência ao número de vagas no ensino superior a partir de ofertas nas instituições privadas de ensino superior no país.

¶ Ampliando o conhecimento

Para saber mais sobre os documentos da UNESCO que influenciam o campo da Educação Superior no Brasil e na América Latina, acesse o site:
<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/> www.unesco.org
<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/>, lá você encontrará todos os documentos com essas discussões.

Em geral, o que observamos é que a influência dessas agências internacionais estão sempre atreladas a questões de recursos financeiros aos países, o que significa que, em geral, as ações orientadas nos documentos estarão sempre condicionados a fatores de ordem econômicas e a ações estabelecidas como metas que devem ser cumpridas pelos países membros dessas agências.

Destaca-se que nessa relação de orientações, metas e propositivas estabelecidas, tem-se, de forma efetivada, a questão da manutenção do sistema capitalista incutido nas ações, uma vez que essas vão influenciar sobremaneira nas questões econômicas, culturais e políticas da formação da sociedade no campo da atuação e direcionamento profissional da população, ou seja, as mudanças, reformas e perspectivas educacionais passam a ser regidas pelos documentos, bem como a oferta dos cursos ou os campos de maior investimento no Ensino Superior passam a ser tratados de acordo com as metas estabelecidas nesses documentos. Colaborando com essa análise Sperller (2012, p.57) afirma que o "**modelo que se tenta impor, nos dias de hoje, é o que vigora no mundo anglo-saxônico e, em torno dele, grandes manobras se efetuam em organizações como a OCDE, a UNESCO e o Banco Mundial**".

Sobre essa influência, a partir da constituição de metas para o ensino, podemos citar o relatório da Unesco "Educação: um tesouro a descobrir" (DELORS, 1996), que trouxe as metas esperadas para a Educação para o século XXI, cujas determinações eram observar a existência da

necessidade de uma cooperação internacional - que deve ser repensada radicalmente, uma questão que implica não só os responsáveis pelas políticas educativas e os professores, mas também todos os atores da vida coletiva. Ajudar no fortalecimento dos sistemas educacionais nacionais ao encorajar as alianças e a cooperação entre os ministérios em nível regional, e entre países que enfrentam problemas semelhantes. Ajudar os países a enfatizar a dimensão internacional do ensino ministrado (programas de estudo, recurso às tecnologias da informação, cooperação internacional). Incentivar, por intermédio da UNESCO, a cooperação intelectual na área da educação: Cátedras UNESCO, Escolas Associadas, partilha equitativa do saber entre países, divulgação das tecnologias da informação, intercâmbio de estudantes e de pesquisadores. Fortalecer a ação normativa da UNESCO a serviço de seus Estados Membros, no que diz respeito à harmonização das legislações nacionais com os instrumentos internacionais. .

(DELORS, 1996, p.37)

A Qualidade do Ensino Superior: da igualdade à equidade

Ao longo dos estudos acerca das políticas educacionais com foco no ensino superior, consideramos que as relações estabelecidas entre as políticas educacionais no contexto do Ensino Superior têm se constituído em uma análise conjuntural das relações sociais e econômicas que enredam as perspectivas e ideologias da sociedade. Vale ressaltar que as políticas educacionais são estruturadas a partir de ações ou projetos governamentais que acenam para o atendimento das necessidades, demandas e expectativas de cada contexto histórico e social que acometem essa modalidade de ensino.

De acordo com Alexy (1997, p. 65), a educação é um direito fundamental para o homem, previsto na Constituição brasileira, no entanto esse direito

conceitua-se como aquele direito positivado por uma ordem constitucional, de forma que poderia ser exigido judicialmente. Essa conceituação de direito fundamental é baseada em um critério formal, que se associa a critérios materiais e estruturais.

Por esse motivo, ao final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, as discussões passam a destacar com ênfase as questões da qualidade e a avaliação do ensino, com destaque ao Ensino Superior.

Ampliando o conhecimento

Amplie seu conhecimento sobre a Reforma de Estado e Políticas Educacionais, acessando o artigo de Afonso (2001), [www.scielo.br](http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03)
[<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03>](http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03)
[<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03>](http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03)

Com relação à avaliação e qualidade no ensino superior, podemos destacar a influência das agências e organismos internacionais descritas pela Conferência Mundial Sobre o Ensino Superior, realizada pela Unesco em 1998, na qual se passa a determinar no artigo 11 que:

-
- a) A qualidade em educação superior é um conceito multidimensional que deve envolver todas as suas funções e atividades: ensino e programas acadêmicos, pesquisa e fomento da ciência, provisão de pessoal, estudantes, edifícios, instalações, equipamentos, serviços de extensão à comunidade e o ambiente acadêmico em geral. Devem ser criadas instâncias nacionais independentes e definidas normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional. Visando a levar em conta a diversidade e evitar a uniformidade, deve-se dar a devida atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos. Os protagonistas devem ser parte integrante do processo de avaliação institucional.
 - b) A qualidade requer também que a educação superior seja caracterizada por sua dimensão internacional: intercâmbio de conhecimentos, criação de redes interativas, mobilidade de professores e estudantes, e projetos de pesquisa internacionais, levando-se sempre em conta os valores culturais e as situações nacionais.
 - c) Para atingir e manter a qualidade nacional, regional ou internacional, certos componentes são particularmente relevantes, principalmente a seleção cuidadosa e o treinamento contínuo de pessoal, particularmente a promoção de programas apropriados para o aperfeiçoamento do pessoal acadêmico, incluindo a metodologia do processo de ensino e aprendizagem, e mediante a mobilidade entre países, instituições de educação superior, os estabelecimentos de educação superior e o mundo do trabalho, assim como entre estudantes de cada país e de distintos países. As novas tecnologias de informação são um importante instrumento neste processo, devido ao seu impacto na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos .

(UNESCO, 1999, s/p)

Assim os constructos “qualidade e avaliação” tornam-se o ponto central das políticas com foco no ensino superior. De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p.77),

essas ações desencadeadas pelas ações das agências e organismos multilaterais influenciaram "na condução das políticas públicas, nas instâncias tripartites envolvendo empresários e trabalhadores para discutir com o governo os rumos da educação brasileira.

¶ Ampliando o conhecimento

A privatização vem sendo utilizada com a finalidade de reduzir a presença do Estado tanto na área produtiva quanto na área social. Como consequência, as políticas sociais têm sido direcionadas à população de baixa renda, aliviando a miséria dos excluídos, mantendo, entretanto, a desigualdade social e a pobreza. Na área educacional, a política de focalização se manifesta por meio da priorização dos recursos da União para o atendimento ao ensino fundamental; pela criação de bolsas para os estudantes do ensino superior privado, a exemplo do Programa Universidade para Todos (PROUNI); e pela redução dos investimentos públicos nas instituições de ensino superior públicas.

Fonte: CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. [repositorio.ufpa.br](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6188/1/Artigo_ExpanaoPrivatizaoMercantilizac)
<http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6188/1/Artigo_ExpanaoPrivatizaoMercantilizac

Outro documento internacional que influenciou a questão da qualidade, organização e avaliação do Ensino Superior atrelada às ações mercadológicas se deu pelas indicações da Conferência Mundial sobre a Educação Superior (1998 – 2003), cujas ações estabelecidas preconizavam o reconhecimento de que

A universidade não pode mais encarar o conhecimento de forma estática, como se o saber tivesse longa duração, compatível com o horizonte de vida de seus professores. Hoje, o conhecimento começa a mudar no instante em que é criado, e a universidade tem de incorporar essa dimensão ao papel desempenhado por ela. [...] Os alunos poderão se submeter a concursos que determinem sua habilitação para a prática da profissão, de acordo com sua própria capacidade e com o tempo que lhes seja necessário. Com o uso dos novos métodos de ensino e de pesquisa, o tempo exigido para a formação pode variar muito, de acordo com a capacidade de cada aluno. Graças aos novos métodos pedagógicos e aos equipamentos de comunicação e informática, a formação de um profissional tem de levar menos tempo do que levava há algumas décadas

(UNESCO, 2003, p.38-40)

Outra observação relevante está no fato de que, nos documentos das agências e organismos internacionais e multilaterais, há o entendimento de que o Ensino Superior está intimamente ligado ao desenvolvimento socioeconômico da sociedade enquanto componentes essenciais para que o Estado possa ter uma manutenção do sistema econômico vigente abastecendo o campo tecnológico com a qualificação da mão de obra de acordo com os princípios e necessidades da teia de relações internacionais existentes entre os países, em especial, os países membros pertencentes à agência.

¶ Para refletir

No Brasil, a falta de paridade de gêneros é elevada na educação superior, na qual é observada disparidade em favor das mulheres. O acesso às instituições públicas ainda deve ser ampliado para incluir uma proporção maior dos jovens com idades entre 18 e 24 anos, principalmente os provenientes das camadas mais baixas da população. As avaliações indicam a existência de grandes diferenças de qualidade educacional entre as instituições, particularmente entre as instituições privadas.

Para saber mais
[acesse: www.unesco.org](http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/educational-quality/higher-education/)
[<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/educational-quality/higher-education/>.](http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/education/educational-quality/higher-education/)

Em geral, a questão do Ensino Superior nos documentos das agências multilaterais estão sempre fazendo menção às questões do mundo do trabalho e das ações que vislumbram o desenvolvimento dos países, ou seja, a educação passa a ser vista como uma instância regulada pela ação e interesse da produção de produtos que venham a subsidiar as necessidades econômicas globais.

Essa relação educação-produto-mercado vai se consolidar também na destinação de recursos e investimentos tanto no setor público quanto no privado, em que se tem, em cada momento da história, investimentos em cursos distintos, isso porque o processo de globalização e a rápida disseminação dos conhecimentos, informações e saberes acabam provocando uma constante reestruturação no campo da produtividade do ensino superior para atender a todas essas demandas provenientes do rápido fluxo do mercado, no qual a obsolescência tanto dos bens materiais como das relações humanas são refletidas nas constantes mudanças e reformas no campo educacional.

Nesse sentido, podemos afirmar que, no final do século XX e início do século XXI, se configurou a consolidação do discurso da "sociedade do conhecimento", segundo o qual níveis mais elevados de educação seriam fundamentais para o desenvolvimento e competitividade das nações num mundo globalizado, assim como para a contribuição de uma coesão social (HEYNEMAN, 1998; WOLFENS, 1998), assim, o ensino superior voltou a fazer parte das prioridades do Banco Mundial; mas não mais a partir de uma oferta pelo setor público, e sim para sua abertura, como uma área de negócios, ao setor privado internacional e a grandes firmas nacionais a ele associados, que estariam prontos para vender seus pacotes educacionais, consultorias, equipamentos etc. (BANCO MUNDIAL, 1999).

Assim, buscando responder às orientações dos documentos internacionais nos quesitos de qualidade do ensino superior, algumas ações legislativas tiveram destaque, sendo o Decreto n. 5.205/2004, que trouxe a questão da regulamentação das parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas; a Lei n. 10.973/2004, de Inovação Tecnológica, que também definiu as parcerias entre universidades públicas e empresas; a Lei n. 11.079/2004, a Lei n. 11.096/2005, referente ao Programa Universidade para Todos (ProUni), que permite a isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior; os Decretos n. 7.232, 7.233 e 7.234/2010, que trouxeram a ampliação das fundações de direito privado nas universidades federais.

Esses decretos e leis demonstram como a qualidade do ensino, o processo avaliativo e a qualificação dos cursos se deram prioritariamente a partir do viés do financiamento para o setor educacional, tendo em vista o fato da ampliação e abertura dos espaços para os cursos privados, tendo assim um novo redirecionamento no foco da qualificação e especialização da mão de obra, atendendo assim as demandas do mercado e ao mesmo tempo criando outros espaços de oferta e trabalho no campo educacional, potencializando o crescimento e influência do terceiro setor nos rumos do ensino superior no país.

Indicação de leitura

Nome do livro: Cotas Raciais no Ensino Superior

Autor: Evandro C. P. Duarte, Doria L. L. Bertúlio, Paulo V. B. da Silva

O livro traz as ações das Cotas Raciais no Ensino Superior sob a perspectiva dos direitos humanos, tratando das questões sobre racismo e desigualdade racial, fazendo um análise da constitucionalidade das cotas para negros em universidades públicas.

UNIDADE III

Discutindo o Ensino Superior na Modalidade de Ensino a Distância

Vânia de Fátima Matias de Souza

As políticas públicas que regulamentam e gerenciam o Ensino Superior na modalidade a distância tem sido, ao longo das últimas décadas, objeto de reflexão constante no cenário da educação nacional. Observamos que, em geral, as ações políticas dirigidas ao Ensino Superior estão articuladas aos processos constitutivos para o ensino e sua função social atrelada à organização, cultura e gestão. Sabemos que o Ensino Superior, de acordo com a LDBEN, Lei n. 9394/96, tem por finalidade formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos por meio do ensino, além de estimular a criação cultural e a pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 1996). Assim, entendemos que esse nível de ensino se apresenta como um sendo de relevância no campo social e econômico da sociedade, dessa forma, iniciaremos os conhecimentos acerca de sua constituição legal. Vamos aos estudos!

Os caminhos históricos do Ensino Superior a Distância no Brasil

Compreendemos que o Ensino a Distância tem se configurado no cenário da educação brasileira como uma modalidade de ensino que cresce vertiginosamente.

Conforme afirma Bauman (2001), vivemos em uma sociedade em que os conhecimentos, informações e ações são propagados de forma acelerada, replicados nas mais variadas formas e compostos por inúmeras análises, afinal, como afirma o autor, na sociedade do conhecimento, em que tudo é líquido, fluido e passageiro, as informações não são estáveis, e o mundo tecnológico contribui sobremaneira para que essa dissipaçāo dos saberes e conhecimentos aconteça.

Assim, passamos a ter em cada momento da história da sociedade uma forma de se ensinar e aprender. Lastres *et al.* (1999) afirmam que atualmente muito se fala sobre o papel da informação, do conhecimento e da aceleração da globalização, mas é preciso se atentar para o fato de que esses conceitos estão permeados de ambiguidades e conflitos de interesses, ora de cunho social, ora econômico, ora político, gerados pelas demandas do mercado ou do governo, ou seja, são múltiplas as relações que irão definir o trato com o conhecimento em cada momento da sociedade.

Ressaltando essa compreensão, Celano (2014, p.43) afirma que "**a mudança advinda da globalização transforma as instituições de ensino superior em importantes atores da era do conhecimento, como disseminadores e formadores de opinião**", que irão trazer tanto para o contexto educacional quanto social um novo olhar acerca da produção do conhecimento.

Esse direcionamento na forma de se pensar e considerar a educação vai refletir o contexto anacrônico do ensino superior, isso porque, em determinado momento da sociedade, a conclusão dos estudos nesse nível de ensino significava ascensão social e acolhimento no mercado de trabalho, o que tem se modificado ao longo dos tempos, chegando à atualidade como sendo um requisito ou oportunidade mínima para competir no mercado de trabalho (MARTINS, 2007).

Tendo essa compreensão, precisamos conhecer um pouco sobre a história da construção, efetivação e expansão do ensino superior na modalidade a distância para que possamos compreender e analisar suas relações e significados em cada momento da sociedade.

Realizando um breve levantamento da história, Barros (2003) defende que a origem do ensino a distância se deu por meio da correspondência. Para o autor, esses indícios são anteriores ao século XVIII, e a oferta de um curso por correspondência foi oferecida por uma instituição de Boston (EUA). O autor destaca que as primeiras experiências nessa modalidade de ensino perpassaram o século XIX, tendo maior evidência na Europa. Já no início do século XX, essa experiência chegou à Austrália, Alemanha, Noruega, Canadá, França e África do Sul, mas somente a partir da segunda metade do século XX vai se fortalecer e se estabelecer como uma importante modalidade de ensino.

De acordo com Litwin (2001, p. 15), a grande expansão do ensino a distância se deu por intermédio da Open University, que **"mostrou ao mundo uma proposta com um desenho complexo, a qual conseguiu, utilizando meios impressos, televisão e cursos intensivos em períodos de recesso de outras universidades convencionais, produzir cursos acadêmicos de qualidade"**.

De acordo com Barros (2003), esse modelo chega à América Latina, sendo adotado, em especial, na Costa Rica, Venezuela, El Salvador, México, Chile, Argentina, Bolívia e Equador. No Brasil, o ensino a distância vai se efetivar no século XX, suscitado pela necessidade decorrente do processo de industrialização, que desencadeou ações governamentais que culminaram em políticas educacionais com foco na formação de mão de obra qualificada ao labor industrial.

Nesse enfoque, a Educação a Distância passa a ser considerada pelos governos como sendo uma alternativa para atender à demanda da sociedade brasileira que passava a ser reconfigurada, sendo que, naquele momento, era preciso uma formação profissional rápida que qualificasse o trabalhador para o trabalho fabril. E, para tanto, naquele momento, o governo vai fazer uso de meios radiofônicos, que possibilitava a formação e qualificação dos trabalhadores do meio rural sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos.

No entanto, outras demandas surgiram, e o ensino a distância passou a ser representativo para as ações de governo. Já nos anos de 1930, a preocupação governamental se dava em função dos altos índices de analfabetismo. Segundo Nunes (1992), nesse período, em especial em 1937, com o estabelecimento do Estado Novo, a educação passou a ter o papel de "adestrar" o profissional para o exercício de trabalhos essenciais à modernização administrativa.

É nesse período que, de acordo com Nunes (1992), no contexto da busca pela formação profissional, surgem o Instituto Rádio-Técnico Monitor, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, em 1941. E outras experiências radiofônicas até a implantação da televisão no Brasil, nos anos 50, que possibilitou o desenvolvimento de ideias relacionadas ao uso desse novo meio de comunicação na educação. Dessa maneira, segundo o autor, nos anos 60, surgem as televisões educativas.

Segundo Nunes (1992), na década de 70, a Educação a Distância começa a ser usada na capacitação de professores; em 1973, é criado o Projeto Minerva, que disponibilizou cursos para pessoas com baixo poder aquisitivo. Outro marco, segundo Nunes, foi a criação em 1978 do Telecurso 2º grau, cujo objetivo era a preparação de alunos para exames supletivos de 2º grau. Para o autor, outro marco vai se dar nos anos de

1979 por meio da criação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, que passou a utilizar programas de televisão no projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização. Segundo o autor, neste mesmo ano, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior fez experimentos de formação de professores do interior do país por meio da implementação da Pós-Graduação Experimental a Distância.

Nunes (1992) destaca que as mudanças nesse campo da educação vão acontecer lentamente nos anos de 1980, sendo que apenas na década de 1990 há um repensar da função dessa modalidade de ensino, o que vai efetivamente ocorrer em 1995 com a reformulação que muda o nome do Telecurso 2º Grau para Telecurso 2000; além disso, implementa-se nesse período o projeto "Um Salto para o Futuro", cujo enfoque era o aperfeiçoamento de professores das séries iniciais.

De acordo com Nunes (1992), é também válido lembrar que foi no ano de 1995 que se tem a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), bem como é nesse período que se tem a criação do Canal Futura, uma iniciativa de empresas privadas para a criação de um canal com programas exclusivamente educativos.

Barros (2003, p.98) enfatiza que assim como

as exigências educacionais sofreram grandes alterações advindas das mudanças nas relações de trabalho com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, hoje vivenciamos a revolução das tecnologias, mais especificamente das tecnologias da informação, que mais uma vez afeta as relações de trabalho, e isso certamente se reflete na educação.

¶ Ampliando o conhecimento

De acordo com Barros (2003, p. 52), há que se considerar que, ao longo da história da educação brasileira, a Educação a Distância tem sido vista como sendo "a universalização das oportunidades e a preparação para o universo do trabalho".

Mas, há que se ressaltar que inicialmente na educação brasileira o ensino a distância trazia consigo estereótipos e paradigmas, atrelados à questão da qualidade do ensino. No entanto, de acordo com Nunes (1992), aos poucos, a Educação a Distância está perdendo o estigma de ensino de baixa qualidade, emergencial e ineficiente na formação do cidadão.

Nesse sentido, conhecer a história do ensino é essencial para que se possa analisar e conhecer o universo com o qual se pretende dialogar.

Educação a Distância: repensando a forma de ensinar

Sabemos que a Educação a Distância no Brasil é considerada, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei n. 9394/96, como sendo uma forma de ensino que “possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação”.

Consequentemente, em função das mudanças no campo tecnológico, essa forma de ensinar sofre alterações em razão de novas teorias, novas mídias, novos métodos de ensino que são desenvolvidos. Nesse sentido, de acordo com Alves, Zambalde e Figueiredo (2004,p.6):

a EAD pode ser entendida como uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação biodirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores, administração) seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intermediário, como cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais.

Nesse contexto, podemos afirmar que a EaD, sendo considerada uma modalidade de ensino, é uma estratégia de ensino que permite que seja ampliado o acesso a formação profissional em nível superior no país. Fato esse evidenciado por Llamas, ao afirmar que a EAD é uma estratégia educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem, por isso, não obedece a limites de lugar, tempo, ocupação ou idade.

Atrelado a esse fato, encontra-se o questionamento acerca da qualidade do ensino oferecido na modalidade a distância. Assim, contribuindo com essa discussão Alves, Zambalde e Figueiredo (2004) destacam que a EAD traz à cena elementos que demandam novos papéis para alunos e professores, bem como novas atitudes e novos enfoques metodológicos.

Isso porque a EAD passa a ser vista como uma estratégia de formação e qualificação profissional em que há a apropriação das tecnologias enquanto ferramentas do processo de ensino e qualificação profissional, mas que demanda da disponibilidade para o aprender do estudante. Alves, Zambalde e Figueiredo (2004) destacam ainda que a maior atração para a EAD se constitui do fato que qualquer pessoa, independentemente de idade, ocupação, tempo e lugar, pode fazer uso desse modelo de formação.

Fato esse que vai ao encontro das afirmativas de Bourdieu (2000), que, em seus estudos, alerta para o fato de que o capital humano passou a depender da educação formal e de virtudes pessoais, competências diversas, atitudes e disposições sociomotivadoras para a inserção no mundo do trabalho e na própria sociedade.

Para refletir

Como as mudanças no ensino superior na modalidade a distância modificaram as estruturas do processo de ensinar e aprender?

Sobre essa discussão, Moran (2005, p.19-20) alerta para o fato de que

estamos caminhando para uma aproximação sem precedentes entre os cursos presenciais (cada vez mais semi-presenciais) e os a distância. Os presenciais terão disciplinas parcialmente a distância e outras totalmente a distância. Teremos inúmeras possibilidades de aprendizagem que combinarão o melhor do presencial (quando possível) com as facilidades do virtual.

Assim, pensar cursos de ensino superior é também pensar na concepção de sociedade e no tipo de formação que as ações político-governamentais apresentam como intenção para o processo de formação e qualificação profissional dos sujeitos inseridos no contexto do ensino superior.

Ensino Superior: o desenho da formação profissional a distância

Entendemos que, quando nos referimos ao ensino superior, estamos também nos referindo à formação profissional, vinculada aos processos sociais, econômicos e políticos de cada momento da história. Isso porque, por meio dos avanços e desenvolvimentos da sociedade, no que se refere às questões de ordem política ou econômicas, as demandas acabam por influenciar sobremaneira a vida social dos sujeitos.

Assim, a socialização das tecnologias atrelada à rápida disseminação dos saberes acaba comportando-se como uma ferramenta de auxílio à manutenção de um sistema que preza pela rápida formação e qualificação de mão de obra para atender a demanda por sujeitos qualificados para o trabalho.

Mesmo sendo o trabalho na atualidade configurado a partir de premissas diferentes daquelas do início da industrialização, na qual a ação do sujeito era regida pela rigidez do relógio e pela exaustão desse, na atualidade, a palavra de ordem passa a ser proatividade, autonomia e gerência do tempo, de forma a resultar na máxima performance. A gestão do tempo passa a pertencer ao próprio sujeito.

Nesse desenho, o ensino superior também passa a assumir um papel substancial nesse contexto, no qual a educação a distância passa a assumir um papel relevante, haja vista que, nesse modelo de educação, o estudante gerencia seu potencial de aprendizagem, administrando seu próprio tempo, o que o leva a responsabilizar-se pelo sucesso e/ou fracasso na aprendizagem.

As transformações nas estruturas produtivas da sociedade passam a ser geridas pela mediatização das informações, em que o acesso aos saberes se dá de forma constante, e a formação profissional atrelada à qualificação do sujeito passa a ser vista também como responsabilidade do próprio sujeito, afinal, ele é o construtor do seu processo de aprendizagem. E, por vezes, adequar-se a novos modelos de ensino e aprendizagem é também um desafio para prepará-lo para a inserção no mundo do trabalho.

Lembre-se de que a ação educativa se configura no processo de transformação do processo de ensinar e aprender a partir das relações que são estabelecidas no cotidiano da formação humana e da formação profissional.

Nesses sentido, cabe ressaltar que todos processos de mudanças ocorridos no ensino superior e no processo formativo irão resultar em mudanças sociopolíticas e econômicas em toda a sociedade.

Indicação de leitura

Nome do livro: Introdução ao Estudo das Políticas Públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada

Autor: Chrispino, Alvaro.

Editora: Rio de Janeiro: FGV Editora

Ano: 2016.

O livro apresenta a relação entre as políticas públicas e a sociedade contemporânea, destacando o fato de que essa ligação pode ocorrer de duas formas distintas: pode ser mais esclarecida e participante, solicitando melhores resultados da gestão pública na solução de seus problemas, ou assistir estarrecida aos fatos que envolvem os desvios em torno da gestão pública. Esse livro propõe olhar os acontecimentos recentes da perspectiva do conhecimento de políticas públicas.

UNIDADE IV

Políticas públicas para Educação Superior EAD no Brasil: os efeitos políticos e sociais

Vânia de Fátima Matias de Souza

Discutir acerca da temática das Políticas Educacionais dirigidas ao Ensino Superior com foco na EAD tem se constituído em uma ação necessária para as discussões educacionais, uma vez que, em se tratando de uma modalidade de ensino que reflete as necessidades e expectativas da sociedade contemporânea, traz consigo discussões sobre o tipo de formação mais adequada ao exercício profissional do sujeito inserido na sociedade do conhecimento, cuja pluralidade de acessos a informações se dá de forma dinâmica e mutável. As mudanças sociais e econômicas que alteram os objetivos e direcionamentos dados ao campo educacional são, por vezes, retratadas por meio da implementação e efetivação na legislação direcionada ao campo de intervenção.

O Ensino Superior nos documentos educacionais brasileiros

Para compreendermos como tem-se dado o diálogo e implementação das leis do ensino superior com foco na educação a distância, precisamos compreender como tem ocorrido a estruturação do próprio ensino superior no país, haja vista que, tendo essa compreensão, conseguimos entender os enlaces e ações traçadas para o ensino superior na EAD.

De acordo com o PNE 2014-2024, Lei n.13.005/2014, a partir do ano desta lei, passa-se a considerar para o ensino superior as seguintes metas:

Meta 13 - Acesso à educação superior: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

Meta 14 - Qualidade da educação superior: elevar a qualidade da educação superior.

Para cumprir as metas estabelecidas, o próprio PNE coloca que as estratégias devam ser:

13.1. aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão; 13.2. ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação; 13.3. induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente; 13.4. promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Vale destacar que as metas e estratégias estabelecidas transitam entre o público e o privado, esse fato se dá, segundo Ball (2012), porque na atualidade temos uma reterritorialização das políticas, em que as fronteiras entre público, privado, filantrópico, não governamental vão sendo constantemente deslocadas, e a visão de mundo é constantemente rearticulada.

Com relação à organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, no Capítulo IV - Da Educação Superior, artigo 45, "a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização". Nos artigos 48, 51, 52, 53 e 54, tem-se apenas como referência explícita os entes "universidades" e "instituições não-universitárias".

Entretanto, para compreendermos melhor essa especificação, recorremos ao Decreto nº 2.306/97, que regulamenta a LDBEN, Lei n.º 9.394/96, que define, para o sistema federal de ensino, a seguinte organização acadêmica das instituições de ensino superior:

Universidades - são instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior e caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1996).

Universidades Especializadas - organizadas por campo do saber, nas quais deverá ser assegurada a existência de atividades de ensino e pesquisa em áreas básicas e/ou aplicadas (BRASIL, 1997).

Centros Universitários - são instituições pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, que devem oferecer ensino de excelência, oportunidade de qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico (BRASIL, 1996).

Centros Universitários Especializados -- deverão atuar numa área de conhecimento específica ou de formação profissional (BRASIL, 1997).

Faculdades Integradas: De acordo com o Decreto nº 1.860/01 as Faculdades Integradas são definidas como instituições que apresentam propostas curriculares que abrangem mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado. O detalhe importante a ser ressaltado pode ser afirmado junto ao fato de que essas faculdades não são, necessariamente, pluricurriculares, nem são obrigados a desenvolver a pesquisa e a extensão como ocorre com as universidades.

Faculdades: de acordo com os Decretos nº 3.860/01 e 2.406/97 são instituições que ofertam cursos superiores com foco no desenvolvimento da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Institutos Superiores ou Escolas Superiores Centros de Educação Tecnológica - são instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com finalidade de qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades do ensino, para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada. (BRASIL, 1999).

De acordo com o Decreto nº 2.306/97, as Instituições de Ensino Superior do Sistema Federal de Ensino podem ser consideradas:

Públicas, quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público.

Podem ser:

Federais, quando subordinadas à União, podendo se organizar como: Autarquias especiais ou Fundações Públicas (as autarquias especiais federais e as fundações

públicas federais estão relacionadas no Anexo 1 do Decreto nº 2.890, de 21/12/98, inciso VI).

Estaduais, se mantidas pelos governos dos Estados ou do Distrito Federal e podem tomar as formas determinadas pelos respectivos sistemas.

Municipais, se providas pelas prefeituras municipais.

Privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podem se organizar como:

Particulares em sentido estrito, as instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, que não apresentem as características dos itens abaixo.

Comunitárias, as instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluem na sua entidade mantenedora representante da comunidade.

Confissionais, as instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas e ao disposto no item anterior.

Filantrópicas, na forma da lei, são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração..

(Brasil, 1998, s/p)

No sentido da formulação e implementação das políticas públicas no campo do Ensino Superior, podemos observar as descrições relativas aos níveis e programas do Ensino Superior, que são descritos a partir do artigo 44 da LDBEN, Lei n. 9.394/96, os quais abrangem os cursos e programas regulares, que conferem diplomas de bacharel, licenciado ou tecnólogo (graduação), bem como de mestre e doutor (pós-graduação *stricto sensu*).

Ampliando o conhecimento

De acordo com o *Mapa do Ensino Superior no Brasil* (2014, p.8), a taxa de matrícula no país no Ensino Superior tem se dado na seguinte distribuição: região Sudeste é responsável por 47% de matrículas em cursos presenciais no ensino superior no Brasil, seguida pelas regiões Nordeste (21,2%), Sul (15,3%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,9%). No Sudeste, vale destacar o Estado de São Paulo, que concentra mais de 1,7 milhão de alunos matriculados (26,5% do total) em cursos presenciais nas redes privada e pública. Em segundo lugar vem Minas Gerais, com um total de 666 mil matrículas (10,2%), seguido pelo Rio de Janeiro, que registrou 505 mil matrículas (8,5%).

Fonte: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf> MAPA do Ensino Superior no Brasil. Semesp.convergenciacom.net <http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf>.

Sguissardi (2008, p.999) aponta que

na evolução da educação superior no Brasil, de 1964 a 2006, tem destaque o octênio 1994-2002, período em que quase dobra o número de IES - de 851 para 1.637, ou 92,4% de aumento -, mas as IES públicas reduzem seu número em -10,5%, contra um aumento de 127,8% das IES privadas. A proporção que, em 1994, era de 25,6% públicas e 74,4% privadas, agora, em 2002, é de 11,9% públicas e 88,1% privadas. Quanto às matrículas, dá-se no octênio 1994-2000 um crescimento total de 109,5%, entretanto, registrando-se apenas 52,3% de aumento para as matrículas públicas, contra 150,2% para as matrículas privadas. Isso fez com que a proporção bastante estável durante cerca de 20 anos, em torno dos 40% de matrículas públicas e 60% de matrículas privadas, passasse em oito anos para 30,2% de matrículas públicas e 69,8% de privadas. No quadriênio seguinte - 2002-2006 -, o ritmo de crescimento de IES foi menor - 38,7%. Entretanto, em lugar do decréscimo verificado no octênio anterior, houve um aumento de 27% das IES públicas, ainda assim abaixo da média.

Esses dados apresentados acima reiteram o fato de que as mudanças no ensino superior tem se tornado uma crescente nos últimos anos, podendo ser decorrentes das mudanças em relação as metas e estratégias para o ensino superior.

A legislação do ensino Superior a Distância : as mudanças na sociedade

Ao longo da história da EaD, observa-se que houve inúmeros fatores que possibilitam a expansão e a própria aceitação dessa modalidade de ensino como sendo uma possibilidade eficiente para o processo de aprendizagem, em especial, considerando as demandas tecnológicas que alteraram a rotina da vida em sociedade.

De acordo com Farias (2007), a EaD é um método de ensino em que é outorgada a autonomia para o aprender, permitindo-lhe o controle do ritmo e do direcionamento do aprendizado.

No entanto, há que se destacar o fato de que não basta que um novo modelo seja implementado, esse deve seguir as diretrizes que regulamentam o ensino. Em especial, há que se destacar uma significativa alteração no campo das políticas educacionais para a EAD que, por vezes, resulta em novas orientações para o ensino superior. Isso porque, de acordo com o Decreto n. 9057/2017, a Educação a Distância passa a ter uma nova roupagem legal, haja vista que o decreto em questão aponta em seu art. 2º que "A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados (BRASIL, 2017, p.3).

Sobre a oferta de cursos na modalidade EAD, o Decreto n.9057/2017 estabelece que:

Art. 8º Compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância nos seguintes níveis e modalidades: I - ensino fundamental, nos termos do § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; II - ensino médio, nos termos do § 11 do art. 36, da Lei nº 9.394, de 1996; III - educação profissional técnica de nível médio; IV - educação de jovens e adultos; e V - educação especial.

Com relação à oferta do Ensino Fundamental EAD, o decreto define que:

Art. 9º A oferta de ensino fundamental na modalidade a distância em situações emergenciais, previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, se refere a pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; II - se encontrem no exterior, por qualquer motivo; III - vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial; IV - sejam transferidas compulsoriamente para regiões de difícil acesso, incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira; V - estejam em situação de privação de liberdade

(BRASIL, 2007, p.3)

O referido Decreto também regulamenta a oferta de cursos a distância para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio, além dessa importante mudança traz também o fato de que as instituições poderão oferecer, exclusivamente, cursos a distância, sem a oferta simultânea de cursos presenciais. Essas alterações na legislação têm trazido debates importantes e significativos acerca da qualidade do ensino que se tem ofertado na modalidade de ensino a distância.

Qualidade da/nas Educação no Ensino Superior

As discussões acerca da qualidade no Ensino Superior têm sido uma temática que vem crescendo nas últimas décadas, estando relacionada às avaliações do ensino superior, bem como às perspectivas e ideologias que marcam esse nível de ensino. Segundo Sguissardi (2006, p. 4), as instituições são impelidas a cumprir um papel-chave no novo modelo econômico-social, sendo que **"todos têm interesse na qualidade da universidade, entre outras razões porque a ciência-tecnologia tornou-se mercadoria-chave, ao lado do trabalho, da acumulação de capital"**.

Mas essa preocupação com a questão da qualidade no ensino, com destaque ao ensino superior, de acordo com Bertolin (2007), vai acontecer de forma mais efetiva a partir das décadas de 1960 e 1970, quando a preocupação com a educação se dava, basicamente, no sentido quantitativo. Já na década de 1980, começaram a surgir, nos EUA e na Europa, as primeiras reflexões acerca da qualidade da educação.

Nesse sentido, para discutirmos sobre qualidade no ensino superior, é preciso compreender a expressão “**qualidade em educação**”. Segundo Davok (2007), tal expressão admite variadas interpretações, para a autora, uma educação de qualidade vai desde aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos, ou aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária, até aquela que desenvolve a capacidade de servir ao sistema produtivo ou ainda aquela que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social.

Lemaitre (2001) considera as definições de qualidade como nunca neutras, nem inocentes. Adota a compreensão de que a educação superior tem-se utilizado do termo “qualidade” para justificar muitas coisas, dentre elas: reformas curriculares, projetos de pesquisa, conferências e congressos científicos etc.

¶ Ampliando o conhecimento

Para Demo (1994, p. 14), há que se distinguir o termo *qualidade formal*, que é a “habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento”, de *qualidade política*, que se refere à “competência do sujeito em termos de se fazer e de fazer história, diante dos fins históricos da sociedade humana”. Segundo o autor, a *qualidade formal* seria o meio, e a *política*, o fim, não podendo as duas serem entendidas separadamente, e sim como fazendo parte do todo: *qualidade*.

Demo (1985, p. 35) ressalta que, de forma direta, como os conceitos de *qualidade formal* e *política*, os conceitos de *qualidade acadêmica*, que são definidos como a “**capacidade de produção original de conhecimento da qual depende intrinsecamente a docência**”, *qualidade social* é entendida como a “**capacidade de identificação comunitária, local e regional, bem como a relação ao problema do desenvolvimento**”.

No entanto, Davok (2007, p. 509) destaca o fato de que discutir a questão da qualidade no ensino superior significa colocar à universidade a dimensão formal, que “é subsumida pela dimensão política, assim como a dimensão acadêmica é subsumida pela dimensão social, que são subsumidas pela dimensão educativa”. Do mesmo modo, os conceitos de *qualidade acadêmica*, *social* e *educativa* podem ser associados aos conceitos de *qualidade política* e *formal*.

Já para Sander (1995), a preocupação com a qualidade educacional deve ser refletida a partir da perspectiva da administração da educação e explicita a questão da qualidade a partir de diferentes perspectivas conceituais. Para o autor (1995, p.152), “**o primeiro requisito para abordar corretamente o tema da qualidade da administração da educação é resgatar a especificidade da educação e a natureza peculiar da educação**”.

No entanto, ao visitarmos os documentos da UNESCO/INEP (2004) sobre a questão da qualidade, vamos encontrar que esse é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente, e Indicadores da Qualidade na Educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da educação. Este é seu objetivo principal. No que diz respeito à definição de qualidade, para a UNESCO:

Dois princípios caracterizam a maior parte das tentativas de definir a qualidade na educação: o primeiro deles identifica o desenvolvimento cognitivo dos alunos como o grande objetivo explícito de todos os sistemas educacionais. Dessa forma, o êxito alcançado por um sistema com relação a esse objetivo é um dos indicadores de sua qualidade. O segundo dá ênfase ao papel da educação na promoção de valores e atitudes de cidadania responsável e no cultivo do desenvolvimento criativo e emocional. A consecução desses objetivos nos diferentes países é mais difícil de avaliar e comparar .

(UNESCO, 2004 p. 2)

Para refletir

Os indicadores de avaliação externa do ensino superior podem revelar a qualidade da educação no ensino superior?

O sistema de avaliação do ensino superior

Discutir os elementos e constructos do processo que envolve o sistema de ensino superior brasileiro nos leva à reflexão acerca do processo de crescimento, expansão e diferenciação institucional pelo qual o ensino superior tem passado nos últimos anos.

Sabemos que o processo de expansão do ensino superior no país tem produzido uma diversidade ampla de objetivos e estruturação no sistema de instituições. Nesse sentido, buscando um processo de equidade no ensino, para que houvesse a garantia da qualidade, a partir dessa estrutura e multiplicidade dos desenhos das instituições de ensino superior, o sistema de avaliação surge como uma ação essencial para que haja a garantia de uma padronização e qualidade do ensino superior, quer em instituições de ensino públicas, quer em instituições de ensino privadas.

As principais legislações regulamentadas nos anos 2000, com relação ao sistema de avaliação, ocorreram com a Lei n.10.861 de 2004, a qual estabeleceu que o SINAIS teria como finalidades:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Levando em consideração as mudanças no sistema de ensino das instituições de ensino superior e considerando a ampliação e significativo aumento do ingresso de estudantes nas universidades, com vistas à qualificação de mão de obra para o atendimento às demandas do mercado de trabalho, a lei trouxe uma acentuada necessidade de avaliar esses alunos, nesse sentido, a lei supracitada passou a definir em seu art. 2º que o SINAES, deveria “**promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes**” e assegurar:

I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III - o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV - a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no caput deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Com relação aos objetivos da avaliação, a lei supracitada indica no art. 3º que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

-
- I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
 - II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
 - III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
 - IV - a comunicação com a sociedade;
 - V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
 - VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
 - VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
 - VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
 - IX - políticas de atendimento aos estudantes;
 - X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.
- § 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa in loco.
- § 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.
- Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.
- § 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do

conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

A lei supracitada delibera que a avaliação deve se dar a partir de uma avaliação que ocorra em larga escala, sendo aplicada aos estudantes de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação. Assim, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) compõe-se de uma prova, do questionário de Avaliação Discente da Educação Superior (ADES), do questionário dos coordenadores de curso e da percepção do aluno sobre a prova. Em seu art. 5º, a mesma lei descreve que a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomado por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de

estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, cujas atribuições são compor o processo avaliativo do Ensino Superior, tendo a CONAES as atribuições de:

-
- I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
 - II - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
 - III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
 - IV - articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
 - V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;
 - VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
 - VII - realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

- I - 1 (um) representante do INEP;
- II - 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;
- III - 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;
- IV - 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;
- V - 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;
- VI - 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;
- VII - 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

Sobre a constituição do CONAES, a lei determina que:

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do caput deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do caput deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

- I - o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;
- III - a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- IV - a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

Para refletir

Entendendo que o sistema de avaliação se constituiu em uma possibilidade de melhoria da qualidade do ensino, você já refletiu sobre as mudanças que esses indicativos avaliativos trouxeram para o campo da educação?

Entendendo que o SINAIS é uma forma possível de apresentar os indicadores da qualidade da educação brasileira, é preciso considerar que todo processo avaliativo não deve restringir-se aos dados quantitativos, haja vista que os dados qualitativos fornecem subsídios para que novas ações e demandas sejam criadas para o campo da educação.

Indicação de leitura

Nome do livro: A educação como política pública

Editora: Autores Associados

Autor: Janete M.L. Azevedo

O livro apresenta e problematiza as visões ideológicas que se complexificam e emergem no traçado das políticas públicas, especialmente em educação. O texto transita entre paradigmas específicos da educação, mais especialmente entre os que fizeram com que houvesse uma nova dinâmica traçada por movimentos políticos, econômicos e culturais que trouxeram novas realidades a serem incorporadas dentro das sociedades.

Conclusão

Ao longo das discussões apresentadas acerca das relações estabelecidas no campo das políticas públicas com foco no Ensino Superior, destacamos o fato de considerarmos estas como sendo a expressão do Estado em ação; sendo o Estado entendido como a organização sociopolítica da sociedade representado na figura de um governo transitório posto a serviço das demandas de uma nação por um período delimitado (no caso das democracias). Nessa configuração, o Estado exerce funções de suma importância na sociedade.

A atuação do Estado vai se dar em várias áreas, dentre elas, destaca-se nosso objeto de estudo: o Ensino Superior e as políticas para o Ensino a Distância. Vimos que essa modalidade de ensino é regida de acordo com cada tempo histórico e social e que as mudanças são decorrentes das relações estabelecidas a partir da necessidade de qualificação para o atendimento ao mercado de trabalho.

Assim, entendemos que as mudanças são estruturais e que o Ensino Superior com foco no Ensino a Distância tem trilhado caminhos atrelados aos avanços tecnológicos da sociedade, nesse sentido, entendemos que muitas mudanças e transformações ainda ocorrerão e que esse é um momento da história em que a educação está sendo desenhada a partir de novas roupagens e intenções, por isso, é preciso que a formação continuada seja uma realidade presente no cotidiano da ação docente. Esperamos que as discussões apresentadas neste livro suscitem outras ações e outras inquietudes na sua prática pedagógica!

Referências

- AZEVEDO, Mário L. Neves. CATANI, A.M. *Universidade e neoliberalismo: o Banco Mundial e a Reforma universitária na Argentina*. Londrina: Práxis, 2004.
- BANCO MUNDIAL. *Documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe*. Dez. 1999. Disponível em www.bancomundial.org. Acesso em fev. 2002.
- _____. *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, 1994, Mimeo.
- _____. *Prioridades y estrategias para la educación*. Washington: World Bank, 1995. p. xxxi e xxxii; p. 3-13, 65-103.
- BALL, S. *Global education Inc.: new policy networks and the neoliberal imaginary*. New York, Routledge, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt - Modernidade Líquida - Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 2001
- BERTOLIN, J. *A transformação do SINAES: da proposta emancipatória à lei híbrida*. Avaliação, Campinas, v. 9, n. 4, p. 67-76, jun. 2004.
- _____. Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira. *Revista Avaliação*. v. 12, n. 2, p. 309-331, jun. 2007. Campinas: Sorocaba, SP.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.
- BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei de conversão à Medida Provisória n. 147, de 15 de dezembro de 2003.
- _____. **Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec2406.pdf>>**
- _____. Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Edição extra. Brasília, DF, 1995.
- _____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 134(248), p. 27833-841, 1996.
- _____. Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Portaria MEC Nº 1.647/99 de 25 de novembro de 1999. Dispõe sobre o credenciamento de centros de educação tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional. <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC1647_99.pdf>

_____. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, DF, 1995.

_____. Ministério da Educação. Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA). Bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior. Brasília, DF: MEC/INEP/SESU, 2004.

_____. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Of. Circ. 033/2005-CONAES/GM/MEC. (www.mec.gov.br/conaes)

_____. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Roteiro de auto-avaliação institucional. Brasília, DF: MEC/CONAES/INEP, 2004b.

_____. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumento. Brasília, DF: CONAES/INEP, 2005.

_____. Portaria n.º 639, de 13 de maio de 1997. Dispõe sobre o credenciamento de centros universitários, para o sistema federal de ensino superior. <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/p639.pdf>>

_____. República Federativa do Brasil. Decreto de 20 de outubro de 2003. Brasília, 2003. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/dnn9998.htm>

CACETE, N. H. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out./dez. 2014.

CHAUÍ, M. (1999). A universidade operacional. Folha de S. Paulo, São Paulo, Domingo, 09 de maio de 1999.

CUNHA, L. A. A Universidade Temporânea: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CURY, C. R. J. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. Belo Horizonte. *Educação em Revista*, n. 48, p. 205-222, dez. 2008.

DAVOK, D. F. Qualidade em educação. *Revista Avaliação*. v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007.

DAVOUST, L. Aplicativos que voam ícones e laptop 3D computador isolado em um fundo branco. 123RF. <http://br.123rf.com/search.php?word=45286374&srch_lang=br&imgtype=&Submit=+&t_word=&t_lang=br&orderby=0&mediapopup=45286374>

DEMO, P. Ciências sociais e qualidade. São Paulo: ARTMED, 1985.

_____. Educação e qualidade. 6. ed. São Paulo: Papirus, 1994.

DEPRESBITERIS, L. Avaliando competências na escola de alguns ou na escola de todos? *Boletim Técnico do Senac*. São Paulo, v. 27, n. 3, set.-dez. 2001.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004.

DURHAM, E. O ensino superior na América Latina: tradições e tendências, São Paulo, Novos Estudos Cebrap, julho 1998, p. 92.

----- Educação superior, pública e privada (1808 - 2000). In: SCHWARTMAN, Simon; BROCK, Colin. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.197-240.

FÁVERO, M. de L. de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ//INEP, 2000.

HOFLING, E. de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

INEP. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio.

JACKSON, B. Negócios, segurando o mundo na palma da sua mão conceito de negócio global, comunicações, política ou conservação ambiental imagem Terra cortesia da Nasa em http://visibleearth.nasa.gov.123RF.https://br.123rf.com/photo_41803633_neg%C3%B3cios%20-segurando-o-mundo-na-palma-da-sua-m%C3%A3o-conceito-de-neg%C3%B3cio-global%20-comunica%C3%A7%C3%A7%C5es%20-pol%C3%ADtica-o.html?term=41803633

LINTANG, L. Pessoa do neg. 123RF. https://br.123rf.com/photo_46938958_pessoa-do-neg.html?term=46938958

LINTANG, L. Voltar exibir pessoa de negócios que procuram a cidade, de pé sobre o topo do livro. Educação para o sucesso conceito. 123RF. https://br.123rf.com/photo_46938446_voltar-exibir-pessoa-de-neg%C3%B3cios-que-procuram-a-cidade%20-de-p%C3%A9-sobre-o-topo-do-livro.-educa%C3%A7%C3%A7%C5es%20-paro-o.html?term=46938446

PENIN, S.; MARTÍNEZ, M. Profissão docente: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2009.

SAVIANI, D. A expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. *Poiesis Pedagógica - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17.* <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>

SCANRAIL. Rede social, comunicação e mídia do grupo conceito de cor figuras humanas em torno do globo da terra azul brilhante isolado no fundo branco. 123RF. https://br.123rf.com/photo_14916003_rede-social%20-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-m%C3%A3o%C3%ADdia-do-grupo-conceito-de-cor-figuras-humanas-em-torno-do-globo-da-terra.html?term=14916003

SOARES, M.C.C. O Banco Mundial: Políticas e Reforma s. In: DE TOMMASI, L; WARD M.J.; HADDAD, S. (Orgs). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SGUISSARDI, V. Educação superior: o banco mundial reformará suas teses e o Brasil reformará sua política? *Educação Brasileira*. Brasília, v.22, n.45, set. 2000, p.11-53.

----- Fundações Privadas na Universidade Pública. A quem interessam? *Avaliação*, vol. 7, n° 4, dez. 2002.

----- O Desafio da Educação Superior no Brasil. Quais são as perspectivas? *Avaliação*, ano 5, vol. 5, n° 2 (16), jun. 2000.

----- Modelo de expansão da educação superior no brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SILVA JÚNIOR, J. R. SGUSSARDI, V. Reforma do Estado e Reforma da Educação Superior no Brasil. In: SGUSSARDI, V. (Org). *Avaliação Universitária em Questão: Reformas do Estado e da Educação Superior*. Campinas: Autores Associados, 1997.

RODRÍGUEZ GÓMEZ, R. Acreditación ¿Ave fénix de la educación superior en México? In: ODORIKA, I. (Org.). *La academia en jaque:perspectiva política sobre los programas de evaluación de la educación superior en México*. Méjico: UNAM-Porrúa, 2004. <<http://www.monografias.com/trabajos31>>

UNESCO. Documento de política para a mudança e o desenvolvimento na educação superior. 1995. Mimeo.

----- Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação. Conferência Mundial sobre a Educação Superior. Paris. Universidade e Sociedade, n. 17, ANDES-SN, nov. 1998.

VIANA, A. L. Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas. *Caderno de Pesquisa NEPP*, Campinas, n. 5, 1988.

WAYNE, A. Um menino de escola está atrasado com suprimentos ao cair de sua mochila em um fundo branco isolado por uma educação ou de volta ao conceito da escola. 123RF. <https://br.123rf.com/photo_31070395_um-menino-de-escola-est%C3%A1-atrasado-com-suprimentos-ao-cair-de-sua-mochila-em-um-fundo-branco-isolado-.html?term=31070395>

Atividades

Atividades - Unidade I

Considerando o texto e seus conhecimentos sobre as relações entre Estado e sociedade, é possível afirmar que o Estado pode ser definido como:

- A) Uma instituição que propaga uma concepção ideológica e que é alterada a cada período por meio da eleição.
- B) Uma instituição responsável exclusivamente por cuidar das questões educacionais da sociedade.
- C) Um conjunto de instituições permanentes, sustentado pelos órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente e que possibilitam a ação do governo.
- D) As ações de cada período para suprir as demandas de alguns setores da sociedade.

O Estado é entendido como o conjunto de instituições no campo político que organiza, estrutura, administra e conduz o espaço de um povo ou nação, para que este possa exercer sua cidadania. Para tanto, o Estado se efetiva por meio da implementação das Políticas Públicas. Considerando esses aspectos, assinale a alternativa correta:

- A) As Políticas Públicas são a concretização das ações do governo, são sancionadas por meio de projetos, medidas provisórias, sendo consolidadas por meio das leis.
- B) As políticas equivalem a uma determinada ação aplicada em um território para garantir a soberania territorial constituída.
- C) As políticas públicas acontecem essencialmente a partir das demandas dos governantes de cada período.
- D) As políticas públicas ocupam-se apenas das questões administrativas de uma determinada sociedade.

- E) As políticas públicas educacionais de um país não recebem influência de outros países

As políticas educacionais com foco no Ensino Superior ocupam-se das seguintes questões essenciais:

- A) Qualidade do ensino, regulamentação, credenciamento e ampliação de vagas.
- B) Produção do conhecimento e investimentos no campo tecnológico.
- C) Exclusivamente com a ampliação de vagas para essa modalidade de ensino.
- D) Centra-se na formação de mão de obra pouco qualificada ao mercado.
- E) Destinam-se a resolver problemas exclusivos das IES públicas.

Atividades - Unidade II

O ensino superior tem se consolidado no país vinculado aos princípios ideológicos de cada momento, nesse sentido, é correto afirmar que:

- A) O ensino superior se instalou no Brasil para suprir as demandas da elite.
- B) O ensino superior não sofreu nenhuma influência da igreja em sua constituição na sua implementação no país.
- C) O ensino superior sempre foi destinado às classes mais carentes.
- D) A construção do ensino superior não ocorreu sob influência de nenhuma matriz ideológica.
- E) O ensino superior no país cumpre apenas as premissas e demandas das instituições privadas de ensino.

A expansão do ensino superior brasileiro, ao longo da história da educação, deu-se mais pela multiplicação de escolas que pela ampliação das já existentes, especialmente as de filosofia e teologia, como demanda de uma sociedade em processo de mudança, com crescente aspiração a esse nível de ensino. Essa demanda se deu em função:

- A) Inicialmente, de uma demanda pela ampliação do ensino público secundário, criando, consequentemente, condições para pressão no nível subsequente, ou seja, o superior.
- B) Das necessidades do Estado em melhorar as questões científicas e tecnológicas do país.
- C) Do fato de que o ensino superior sempre supriu as necessidades de vagas para essa modalidade de ensino.
- D) Do fato de que o ensino superior nunca esteve atrelado ao pensamento de transformação e ascensão social
- E) Do fato do ensino superior ser um nível de ensino pouco valorizada pela sociedade

O Ensino Superior tem sofrido fortes influências das agências internacionais na sua configuração, em especial, a partir dos anos 90. Essas agências influenciam principalmente nas questões:

- A) Do financiamento e ampliação de ofertas de vagas
- B) Da contratação dos docentes para atuação nesse nível de ensino.
- C) Da duração dos cursos de graduação e pós-graduação.
- D) Dos recursos destinados à estruturação dos cursos.
- E) Administrativas das instituições de ensino superior.

Atividades - Unidade III

Sabemos que a globalização não é um fato novo, tem sua ocorrência do início do século XXI, nesse sentido, pode-se afirmar que a “globalização” é:

- A) Um conjunto de mudanças percebidas, uma construção usada pelos legisladores para inspirar o apoio a eles e retirar a oposição a mudanças.
- B) A globalização é um processo de desaceleração das relações entre os países.
- C) Uma ação elitizada para atender as demandas de uma parcela da população.
- D) É um processo que preza pela coletividade e ausência da competitividade.
- E) Um processo que não exerce ação e influência no campo educacional.

Sobre os principais acontecimentos que permitiram o início da implantação e a expansão do ensino superior a distância no Brasil, pode se dar destaque:

- A) Ao desenvolvimento do rádio e da televisão.
- B) Ao uso constante de emails e outras ferramentas da internet.
- C) À ampliação das escolas primárias.
- D) Ao foco que essa modalidade deu à educação das crianças.
- E) Ao exclusivo esforço dessa modalidade para a formação de professores.

As discussões acerca do ensino superior a distância trazem consigo reflexões acerca da qualidade do ensino, nesse sentido, é importante entender que essa qualidade se refere:

- A) Ao critério estabelecido para pensar as metas e caminhos para a educação.
- B) Exclusivamente ao processo de ensino dos saberes.
- C) À ação do professor em planejar a aula.
- D) Ao fato de que a qualidade do ensino depende somente das políticas de governo.

E) Às demandas da qualidade do ensino superior no Brasil, as quais estão desvinculadas das ações da educação básica.

Atividades - Unidade IV

De acordo com o PNE 2014-2024, na Meta 13, espera-se:

- A) Que o acesso à educação superior seja ampliado de forma a assegurar a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.
- B) Que a educação infantil seja ampliada.
- C) Que o ensino superior amplie a oferta para estrangeiros.
- D) A qualidade do ensino não aparece nas discussões do PNE.
- E) Que o ensino superior concentre-se apenas na região sul e norte do país.

De acordo com a legislação, o ensino superior público é formado por:

- A) Instituições públicas, que são criadas ou incorporadas, sendo mantidas e administradas pelo poder público, podendo ser federais, estaduais ou municipais.
- B) Instituições que são criadas a partir de comunidades filantrópicas e geridas por empresas.
- C) Instituições que atendem apenas as cotas sociais e raciais.
- D) Instituições de Ensino Superior, as quais não devem se preocupar com as questões da qualidade do ensino
- E) Um conjunto de avaliação dos cursos de ensino superior, os quais são ausentes nos documentos do ensino superior

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é composto pela avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação de estudantes, sendo que esta última é o(a):

- A) ENADE.
- B) ENEM.
- C) Prova Brasil.
- D) PISA.

ED. IDEB.